



Número: **0801987-74.2016.8.15.0231**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Mamanguape**

Última distribuição : **20/10/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA (AUTOR)		DANIEL VIEIRA SMITH (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)		WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
5442006	20/10/2016 21:04	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
5453733	21/10/2016 13:41	<a href="#">Documentos Comprobatórios</a>	Outros Documentos
5453783	21/10/2016 13:41	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Procuração
5453766	21/10/2016 13:41	<a href="#">RG E CPF</a>	Documento de Identificação
5453769	21/10/2016 13:41	<a href="#">cnh</a>	Documento de Identificação
5453774	21/10/2016 13:41	<a href="#">comp de residencia</a>	Documento de Comprovação
5453779	21/10/2016 13:41	<a href="#">doc do veiculo</a>	Documento de Comprovação
5453748	21/10/2016 13:41	<a href="#">COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO</a>	Documento de Comprovação
5453757	21/10/2016 13:41	<a href="#">DOCS HOSPITALARES</a>	Documento de Comprovação
5787545	21/11/2016 09:46	<a href="#">Petição</a>	Petição
5787602	21/11/2016 09:46	<a href="#">Substabelecimento Dra Mariangela</a>	Substabelecimento
5787604	21/11/2016 09:46	<a href="#">SAMU DIONISIO</a>	Outros Documentos
5787615	21/11/2016 09:46	<a href="#">BO Dionisio</a>	Outros Documentos
5819029	22/11/2016 17:04	<a href="#">Substabelecimento</a>	Substabelecimento
5822883	22/11/2016 22:04	<a href="#">MULTIRAO DPVAT</a>	Termo de Audiência
5822897	22/11/2016 22:04	<a href="#">PROCESSO 0801987-74.2016.815</a>	Outros Documentos
6246933	16/01/2017 08:58	<a href="#">Petição</a>	Petição
6246936	16/01/2017 08:58	<a href="#">PETIÇÃO DE ACORDO - JUNTADA DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA</a>	Outros Documentos
6246940	16/01/2017 08:58	<a href="#">COMPROVANTE DE PAGAMENTO</a>	Outros Documentos
6246942	16/01/2017 08:58	<a href="#">Portaria SUSEP 34 02 08 2016 - Mudança de Razão Social Seguradora Líder-DPVAT</a>	Outros Documentos

62469 44	16/01/2017 08:58	<a href="#">PROCURAÇÃO LIDER - 17.05.2016 - ok</a>	Procuração
62469 45	16/01/2017 08:58	<a href="#">SEGURADORA LÍDER - KIT ATUAL red Parte1</a>	Outros Documentos
62469 48	16/01/2017 08:58	<a href="#">SEGURADORA LÍDER - KIT ATUAL red Parte2</a>	Outros Documentos
62469 52	16/01/2017 08:58	<a href="#">MAPFRE SEGUROS GERAIS - completa</a>	Outros Documentos
84279 77	26/06/2017 14:58	<a href="#">Habilitação em processo</a>	Petição de habilitação nos autos
11982 387	29/12/2017 19:30	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
11995 180	04/01/2018 14:51	<a href="#">Petição</a>	Petição
11995 195	04/01/2018 14:51	<a href="#">PETIÇÃO DE CUSTAS SIMPLES - JUNTADA DE COMPROVANTE (5)</a>	Outros Documentos
11995 197	04/01/2018 14:51	<a href="#">BOLETO CUSTAS</a>	Documento de Comprovação
15744 853	06/08/2018 09:29	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
19744 945	13/03/2019 09:17	<a href="#">Certidão</a>	Certidão

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE MAMANGUAPE, ESTADO DA PARAÍBA.

**DIONÍSIO NASCIMENTO DA SILVA**, brasileiro, casado, auxiliar fermentador, regularmente inscrito no CPF/MF sob o nº. 075.764.544-58, residente e domiciliado à Rua Joaquim João dos Santos, s/nº, Planalto, Mamanguape-PB, CEP: 58.280-000, vem, através de seu advogado que esta subscreve, à presença de Vossa Excelência, propor a presente:

## **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT (INVALIDEZ) RITO ORDINÁRIO**

em face da **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, com filial localizada à Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 723, Bairro dos Estados, CEP 58030-001, onde deverá receber sua citação, pelos fatos e fundamentos abaixo aduzidos:

### **1. DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA**

Inicialmente, pugna o Requerente pela concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos exatos termos previstos pelo art. 4º Lei 1.060/1950 e 5º LXXIV da Constituição Federal, por não ter condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família. É cediço que a aludida afirmação, nos moldes da legislação reportada e da jurisprudência pátria, é suficiente para a concessão do requerimento, pelo que, pugna pela sua declaração, para que possa auferir as benesses do instituto.

### **2. DOS FATOS**

O promovente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em **04 de agosto de 2016**, na cidade de Mamanguape-PB, nas proximidades da Usina Miriri, conforme faz prova o Boletim de Ocorrência anexo.

O atendimento imediato foi realizado pela ambulância da Usina Miriri, que conduziu a vítima diretamente para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, na Capital.

**Conforme comprova Laudo Médico anexo, a vítima foi admitida com CID 10 S 52.6 - Fratura da extremidade distal do rádio e do cúbito [ulna] direito, CID 10 - S 42.0 - Fratura da clavícula esquerda e CID 10 S 36.4 - Traumatismo do intestino delgado, sendo submetido a exames de avaliação e três cirurgias.**

Atualmente, mesmo decorrido muito tempo da data do acidente, a vítima não conseguiu recuperar-se, **OSTENTANDO SEQUELA DE NATUREZA PERMANENTE NA CLAVÍCULA ESQUERDA, MEMBRO SUPERIOR DIREITO E INTESTINO DELGADO.**



Assim, restando constatada a debilidade permanente do Promovente, este faz jus ao recebimento da indenização do Seguro DPVAT por invalidez, conforme a legislação pertinente.

Assim sendo, munido da documentação necessária, vem pleitear o pagamento judicial da indenização do Seguro DPVAT a título de invalidez permanente.

### 3. DO MÉRITO

A pretensão do Promovente encontra-se devidamente pacificada na legislação respectiva e na jurisprudência pátria, conforme se verá adiante.

O seguro obrigatório DPVAT impõe o pagamento de prêmio aos proprietários de veículos automotores de via terrestre, garantindo, assim, às vítimas de acidentes, recebimento de indenização, quando da ocorrência de morte ou invalidez permanente, além do reembolso de despesas médicas e hospitalares, ainda que os responsáveis pelos danos causados não arquem com a reparação devida.

Conforme o dispositivo legal vigente na Lei nº 6.194/74 em seu art. 3º, I, o Promovente tem direito a pleitear ao benefício do Seguro Obrigatório DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), em caso de invalidez permanente, *In verbis*:

*“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente.”*

Como se pode observar no Laudo Médico apresentado, as seqüelas suportadas pelo Promovente foram ocasionadas em decorrência do acidente de trânsito por ele sofrido, motivo pelo qual, levando-se em consideração o que dispõe a Lei nº 6.194/74, faz jus à indenização do seguro DPVAT.

Em conformidade com art. 5º da Lei 6.194/74, a indenização deverá ser paga mediante a comprovação do acidente e do dano causado, segundo o qual:

*“Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

Há de se observar que o dispositivo supracitado instituiu uma responsabilidade objetiva, adotando a teoria do risco integral para empresas participantes da Sociedade Seguradora (FENASEG).

No que tange à legitimidade passiva da ré, cumpre-nos esclarecer que o art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo da FENASEG se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, o Promovido.

Neste norte, a Jurisprudência Pátria coaduna do mesmo posicionamento, *in litteris*:





*“APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO. COBRANÇA. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EMPRESA CONSORCIADA AO SEGURO DPVAT. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. POSSIBILIDADE DE ACIONAR QUALQUER DAS EMPRESAS PERTENCENTES AO CONSÓRCIO. REJEIÇÃO. PREJUDICIAL. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. TERMO INICIAL DA CONTAGEM DO PRAZO. CONHECIMENTO DA INVALIDEZ. MÉRITO. INVALIDEZ DEMONSTRADA. NÃO APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.482/07. EVENTO DANOSO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA NORMA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO. - Não há dúvida da legitimidade passiva da ré, na medida em que faz parte do Consórcio das Seguradoras que operam com Seguro DPVAT, podendo ser responsabilizada pelo pagamento do capital segurado, em caso de seguro não realizado, nos termos do art. 79, da Lei nº 6.194/74. - O termo inicial, para a contagem do prazo prescricional, a fim de cobrança do Seguro DPVAT é a data em que o segurado tomou conhecimento de sua invalidez. - Inviável estabelecer o limite fixado na MP nº 340/06, posteriormente convertida na Lei nº 11.482/07, quanto o evento danoso se deu em data anterior vez à vigência da norma. Processo:20020080158641001Decisão:AcórdãoRelator:Juíza de Direito Convocada Maria das Graças Moraes GuedesOrgãoJulgador:Quarta Câmara Cível TJPBData do Julgamento:24/07/2012)*

Quanto à legitimidade passiva, portanto, não resta nenhuma dúvida, de sorte que a Seguradora Mapfre é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

Ademais, note-se, Excelência, que o Promovente acostou aos autos todos os documentos necessários à comprovação do acidente, assim como, os laudos médicos suficientes a evidenciar as lesões por ele sofridas, cumprindo assim o que determina o art. 5º da Lei nº 6194/74.

Acerca da matéria, a jurisprudência é elucidativa e milita em favor da pretensão exordial, como se pode observar adiante:

*APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INVALIDEZ PERMANENTE PROCEDÊNCIA IRRESIGNAÇÃO I CERCEAMENTO DE DEFESA PRETENSÃO DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA COMPLEMENTAR DESNECESSIDADE LAUDO CONCLUSIVO QUE ATESTA PERDA FUNCIONAL DO PUNHO DIREITO II ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA CONSORCIADA DESACOLHIMENTO III AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL REJEIÇÃO IV VALOR INDENIZATÓRIO SINISTRO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA MP 340/06 POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI Nº 11.482/07 FIXAÇÃO PROPORCIONAL AO CASO V HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS FIXAÇÃO ADEQUADA DESPROVIMENTO. **Torna-se desnecessária a realização de perícia complementar para fins de verificação da invalidez parcial adquirida, quando existentes, nos autos, provas suficientes ao deslinde da questão. É parte legítima para figurar no polo passivo de ação de cobrança para recebimento de indenização de seguro obrigatório DPVAT todas as seguradoras que fazem parte do consórcio previsto no artigo 7º da Lei 6.194/74..** Processo:02220090007497001Decisão:AcórdãoRelator:Des. Márcio Murilo da Cunha RamosOrgãoJulgador:Terceira Câmara Cível TJPB, Data do Julgamento:17/07/2012*

Infere-se, portanto, pelo ângulo que se olhe, a total subsistência da pretensão exordial, para que a indenização referente ao Seguro DPVAT seja paga em favor do autor, mormente pelo fato de ter preenchido todos os requisitos exigidos por lei.

### **3.1 – DO ENVIO DE OFÍCIO AO IML / REALIZAÇÃO DE PERÍCIA COMPLEMENTAR**



Requer o envio de ofício ao IML ou a designação de perito competente, para que proceda, em tempo hábil, a realização de perícia médica, com o intuito de graduar as debilidades permanentes sofridas pelo Autor – **CID 10 S 52.6 - Fratura da extremidade distal do rádio e do cúbito [ulna] direito, CID 10 - S 42.0 - Fratura da clavícula esquerda e CID 10 S 36.4 - Traumatismo do intestino delgado - CLAVÍCULA ESQUERDA, MEMBRO SUPERIOR DIREITO E INTESTINO DELGADO.**

Tendo em vista os benefícios da justiça gratuita requeridos pela Promovente, o ônus decorrente da prova técnica requerida deve ser dispensado, posto que, não tem condições de arcar com as custas referentes.

#### **4. DOS PEDIDOS**

*EX POSITIS*, requer o Autor que V.Exa., após adotar as cautelas legais de estilo, se digne em:

- a) **CONCEDER-LHE** o benefício da justiça gratuita, pelos motivos indicados preambularmente;
- b) **DESIGNAR** audiência de conciliação de acordo com o novo procedimento comum instituído pelo CPC/2015;
- c) **DETERMINAR** a citação do Promovido, a fim de que compareça à audiência de conciliação a ser designada, oportunidade em que, não havendo acordo, ficará aberto o prazo para apresentação de defesa, sob pena de confissão e revelia;
- d) **ENCAMINHAR** ofício ao Instituto de Medicina Legal, para que seja realizada perícia com o intuito de emitir laudo atestando a debilidade verificada;
- e) **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado pela Promovente, para condenar a Promovida a pagar a importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, referente à indenização por invalidez permanente, a qual deverá ser corrigida desde a data do sinistro até a data do efetivo pagamento;
- f) **CONDENAR** a Seguradora Promovida ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios de sucumbência à base de 20% sobre o valor final da condenação;

Por fim, protesta o Autor, e de logo requer, a produção de todos os gêneros de provas admitidas em direito, especialmente, o depoimento pessoal do representante legal da Promovida, prova testemunhal, juntada de novos documentos e, principalmente, **A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA.**

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos,

Pede **DEFERIMENTO.**

Mamanguape-PB, 20 de Outubro de 2016.

**Daniel Vieira Smith**

OAB/PB



**QUESITOS:**

- 1) Diga o Sr. Perito quais as debilidades permanentes sofridas pela Promovente.
- 2) Diga o Sr. Perito qual o grau das debilidades apresentadas pela Promovente, informando o percentual de graduação: residual - 10%; leve - 25%; média - 50%; intensa - 75%; ou total - 100% ?



Documentos Comprobatórios em anexo no formato PDF.



**DANIEL SMITH**  
Advocacia

Av. Ruy Carneiro, nº. 148, Miramar, CEP: 58.032-101, João Pessoa/PB.  
Fones: (83) 8712-5439; (83) 9137-1805; e-mail: dvsadvocacia@gmail.com

**PROCURAÇÃO – PROCESSO DPVAT**

**OUTORGANTE:**

DIONÍSIO NASCIMENTO DA SILVA, BRASILEIRO,  
CASADO, AUXILIAR FERMENTADOR, INSCRITO NO  
CPF SOB O Nº 075.764.544-58, RESIDENTE  
À R. JOAQUIM JOÃO DOS SANTOS, S/Nº, PLANALTO,  
MAMANGUAPE/PB, CEP: 58.280-000.

**OUTORGADO:**

**DANIEL VIEIRA SMITH**, brasileiro, solteiro, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba, sob o n.º 19.193, com escritório profissional situado à Av. Ruy Carneiro, nº. 148, Sala 04, Miramar, CEP: 58.032-101, João Pessoa/PB.

**PODERES:**

Amplios e inerentes poderes, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no art. 38 do Código de Processo Civil, e os especiais, podendo representar em audiência, transigir, desistir, firmar compromisso, receber intimações, renunciar, receber e dar quitação e ainda recorrer para qualquer instância ou tribunal, podendo, ainda, representar perante os órgãos da Administração Pública, tais como Hospitais Públicos, Delegacias Cíveis, IPC, IML, DML, GEMOL, etc., tudo para o fiel cumprimento do presente mandato.

MAMANGUAPE/PB, 21 de SETEMBRO de 2016.

Dionísio Nascimento da Silva

OUTORGANTE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 332 49 07 DATA DE EXPEDIÇÃO 16 MAI 2003

NOME DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA

Valdeci Soares da Silva

FILIAÇÃO Maria de Fátima Nascimento da Silva

NATURALIDADE Mamanguape-PB DATA DE NASCIMENTO 09.10.1987

Cart. Nasc. N° 13.052, Fls. 129v, Liv. A

DOC ORIGEM 21 Cart. Mamanguape-PB

CPF: *M. M. Soares*

ASSINATURA DO TITULAR

LEI N° 7.116 DE 20/08/93

TO VACINADO

BRASIL LIVRE DA SÍNDICA

85

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICADORA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Dionísio Nascimento da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR DIONÍSIO NASCIMENTO DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO 09/10/1987

CPF 0361 3669 1279

ZONA 007

SEÇÃO 0223

MUNICÍPIO MAMANGUAPE/PB

DATA DE EMISSÃO 27/09/2013

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição 075.764.544-58

DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO 09/10/1987

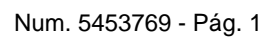


Assinado eletronicamente por: DANIEL VIEIRA SMITH - 21/10/2016 13:41:31

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16102113391720000000005358597>

Número do documento: 16102113391720000000005358597

Mesmas informações escritas  
no DECAT do JOSIVALDO.



DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA  
RUA SEBASTIAO BINHA S/N - PLANALTO  
MAMANGUAPE / PB CEP: 58290003 (AG 14)

ENERGISA PARANÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFASICO - B-230 Km 15 - Cristo Redentor - Jd. Pessôa - PB - CEP 68071-690  
Referência: Jul/2016 CNPJ 09.096.183/0001-40 - Ins. Est. 16.015.922-0  
Nº medidor: 06008346704 Emissão: 28/07/2016

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 001 261 581  
Código para Débito Automático: 0001484471

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a

0001484471

Canal de contato

Jul / 2016

Apresentação

28/07/2016

Data prevista da  
próxima leitura

30/08/2016

CPF / CNPJ / RANI

7578454458

Anterior

Data Leitura  
28/07/16 3987

FATURAS VENCIDAS ATÉ  
O DIA 28/07/2016 PAGAS  
OBRIGADO!

Descrição  
Consumo em kWh  
ICMS  
PIS  
COFINS  
CONTRIBUIÇÃO

### Histórico de Consumo (kWh)

Jun/16 67  
Mai/16 74  
Abr/16 73  
Mar/16 87  
Fev/16 75  
Jan/16 94  
Dez/15 80  
Nov/15 82  
Out/15 96  
Set/15 106  
Ago/15 91  
Jul/15 82

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	43,13	25,00	10,78
PIS	43,13	1,1067	0,47
COFINS	43,13	5,0966	2,19

Média dos últimos meses  
85 kWh

04/08/2016

R\$ 50,03

d935 ff31.aac4.45c2.4de5.d507.5c86.f5f3

### Indicadores de Qualidade 5/2/2016 - Rio Tinto

Limites da ANEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL 8,90	9,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL 13,74		
DIC ANUAL 27,48		
FIC MENSAL 3,90	0,00	CONTRATADA
FIC TRIMESTRAL 7,72		LIMITE INFERIOR 202
FIC ANUAL 15,45		LIMITE SUPERIOR 231
DMC 3,97	0,00	
DCR 12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa PB	10,97	21,92
Compra de Energia	14,36	28,74
Serviço de Transmissão	0,86	1,72
Encargos de Operação	2,48	4,96
Impostos Diretos e Encargos	20,34	40,66
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	60,03	100,00

Valor do EUSD (Ref 5/2/2016) R\$ 18,43

ATENÇÃO



Assinado eletronicamente por: DANIEL VIEIRA SMITH - 21/10/2016 13:41:35

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16102113394890800000005358605

Número do documento: 16102113394890800000005358605



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB  
Nº 012030572405  
CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO  
VIA 1 0093684278-4 00/00000000 EX2015

MARIA DE FATIMA N DA SILVA

95257080478 NPJ MOH3167/PB

NOVA ANT / UF PB 9C2KC08508R008571

PAS / MOTOCICLETA / TIPO GASOLINA

HONDA / CG 150 TITAN ES 2007 Ab. 2008 Mod.

Cap. 149 / CI PARTIAL PRETA DOMINANTE

1ª VENC. 24/08/2015 1º 2º 3º

1ª VENC. 24/08/2015 1º 2º 3º

PREMIO TARIFARIO 0 PARCELAMENTO / COTAS 0

PREMIO TARIFARIO 0 PARCELAMENTO / COTAS 0

A.F. ADM DE CONSERVACAO HONDA LTDA

REST. BEN. TRIBUTARIO 0

MANANC 367 27/08/2015 DATA 884

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA, A PESSOAS  
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 012030572405 BILHETE DE SEGURO DPVAT

MARIA DE FATIMA N DA SILVA

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
www.dpvatsegurodotransito.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

2015 27/08/2015

EXERCÍCIO DATA EMISSÃO

MARIA DE FATIMA N DA SILVA

CFR / CNPJ PLACA

RENAVAM MARCA / MODELO

95257080478 MOH3167/PB

ANO FAB. Nº CHASSI

00936842784 HONDA/CG 150 TITAN E

PRÊMIO TARIFÁRIO

2007 (R\$) - 9 9C2KC08508R008571 DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$)

SEGURO P A G O

PAGAMENTO PARCELADO

COTA ÚNICA DATA DE QUITAÇÃO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 08.348.600/0001-04

884-16011694-2015-0627

DEZ / 2014



Assinado eletronicamente por: DANIEL VIEIRA SMITH - 21/10/2016 13:41:38

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16102113395899100000005358610

Número do documento: 16102113395899100000005358610



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO - CAT**

1- Emitente:  
1- Empregador 2- Sindicato 3- Médico 4- Segurado ou dependente  
5- Autoridade pública  
2- Tipo de CAT: INICIAL 1- Inicial 2- Reabertura 3- Comunicação de Óbito em:

**I - EMITENTE**

Empregador	
Razão Social / Nome: MIRIRI ALIMENTOS E BIOENERGIA S/N	
Tipo 1- CGC/CNPJ 2- CEE 3- CPF 4- NIT: 090090259/0001-45	
5- CNAE: 10716	
6- Endereço - Rua/Av: FAZENDA MIRIRI SN	
Complemento (continuação)	
Bairro: ZONA RURAL	CEP: 58 300 970
7- Município: SANTA RITA	8-UF: PB
9- Telefone: 2106 2764	
Acidentado	
0- Nome: DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA	
1- Nome da mãe: MARIA DE FATIMA NASCIMENTO DA SILVA	
2- Data de nasc. 09/10/1987	13- Sexo 1- Masc. 3- Fem.
14- Estado civil 1- Solteiro 2- Casado 3- Viúvo 4- Sep. judic. 5- Outro 6 -	15- CTPS- Nº /Série/ Data de emissão 0253.4/00030/25/04/2005
16- UF: PB	17- Remuneração Mensal 894,00
18- Carteira de Identidade: 3.324.907	Data de emissão: 16/05/2005
Orgão Expedidor: SSP	19- UF: PB
20- PIS/PASEP/NIT: 16027747650	
21- Endereço - Rua/Av: RUA JOAQUIM JOAO DOS SANTOS	
Bairro: CENTRO	CEP: 58280-000
22- MAMANGUAPE	23- UF: PB
24- Telefone: (83) 21062764	
25- Nome da ocupação AUX. FERMENTADOR	26- CBO 841710consulte CBO
27- Filiação à Previdência Social 1- Empregado 2- Tra. avulso 7- Seg. especial 8- Médico residente	28- Aposentado? 1- sim 2- não
29- Áreas 1- Urbana 1- Rural	
Acidente ou Doença	
30- Data do acidente: 04/08/2016	31- Hora do acidente: 17:20
32- Após quantas horas de trabalho? 08:00	33- Tipo: 1- Típico 2- Doença 3- Trajeto
34- Houve afastamento? 1- sim 2- não	
35- Último dia trabalhado: 04/08/2016	36- Local do acidente: Estrada Principal
37- Especificação do local do acidente: PROXIMO DA SEDE DA EMPRESA	38- CGC/CNPJ: 09090259/0001-45
39- UF: PB	
40- Município do local do acidente: Santa Rita	41- Parte(s) do corpo atingida(s): Mão Direita e Abdomem
42- Agente causador: QUEDA DE MOTO	
43- Descrição da situação geradora do acidente ou doença: o colaborador estava largando da empresa e indo para sua casa, quando colidiu com um monte de terra, vindo a sofrer o acidente.	44- Houve registro policial? 1- sim 2- não
45- Houve morte? 1- sim 2- não	

**Testemunhas**

46- Nome: LAIS SILVA DE ANDRADE	
47- Endereço - Rua/Av/nº/comp.: FAZENDA MIRIRI SN	
Bairro: ZONA RURAL	CEP: 58 300 970
48- Município: SANTA RITA	49- UF: PB
50- Nome: DENILDO DE LIRA RODRIGUES	
51- Endereço - Rua/Av/nº/comp.: FAZENDA MIRIRI SN	
Bairro: CENTRO	CEP: 58.280.000
52- Município: MAMANGUAPE	53- UF: PB
54- Telefone: 993751951	

Local e data  
Santa Rita 04/08/2016

Alysson Carlos dos Santos  
Técnico em Segurança do Trabalho  
Registro: 001069494-0 - RG: 631.609-2  
Data: 04/08/2016  
Assinatura

**II - ATESTADO MÉDICO** Deve ser preenchido por profissional médico.

Atendimento	
54- Unidade de atendimento médico: Ambulatório médico	55- Data: 04/08/2016
56- Hora: 17:40	
57- Houve internação: 1- sim 2- não	58- Duração provável do tratamento: 120 dias
59- Deverá o acidentado afastar-se do trabalho durante o tratamento? 1- sim 2- não	

**Lesão**

60- Descrição e natureza da lesão: Politraumático

**Diagnóstico**

61- Diagnóstico provável: Fratura do rádio e ulnário D + fratura de clavícula e + fratura abdominal fechada e fratura do fêmur do lado direito.  
62- CID-10: S52.0 + S42.0 + S36.4

63- Observações: Foi encaminhado do Hospital de Trauma local para o HUCF de São Paulo - P a exames e três cirurgias.

Santa Rita, 22.08.2016

Local e data

Dr. Antonio Luiz da Silva  
CRM 1616 - CPF 131.308.084-00  
Médico de Trabalho - Fone: (83) 251-2200  
Endereço: Rua 28 - Rio Tinto

Assinatura e carimbo do médico com CRM

**III - INSS**

64- Recebida em	65- Código da Unidade	66- Número do CAT	Notas: 1- A inexistência das declarações desta comunicação implicará nas sanções previstas nos artigos. 171 e 299 do Código Penal. 2- A comunicação de acidente do trabalho deverá ser feita até o 1º dia útil após o acidente, sob pena de multa, na forma prevista no art. 22 da Lei nº 8.213/91.
67- Matrícula do servidor	Matrícula	Assinatura do servidor	

**A COMUNICAÇÃO DO ACIDENTE É OBRIGATÓRIA, MESMO NO CASO EM QUE NÃO HAJA AFASTAMENTO DO TRABALHO**




Assinado eletronicamente por: DANIEL VIEIRA SMITH - 21/10/2016 13:41:25

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16102113384794900000005358579

Número do documento: 16102113384794900000005358579



	<b>Comunicação de Acidente de Trabalho</b>	
	<b>Número da CAT: 2016.317.280-3/01</b>	

**Informações do Emitente**

Emitente	1 - Empregador	Data Emissão	04/08/2016
Tipo de CAT	1 - Inicial	Comunicação Óbito	
Filiação	1 - Empregado	E-mail	

**Informações do Empregador**

Razão Social/Nome	MIRIRI ALIMENTOS E BIOENERGIA S/A.		
Tipo/Num. Doc.	1 - CGC/CNPJ 090902590001-45	CNAE	10716
CEP	58300970	Endereço	FAZ MIRIRI S/N
Bairro	ZONA RURAL	Estado	PB
Município	SANTA RITA	Telefone	0083-21062764

**Informações do Acidentado**

Nome	DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA	Data Nascimento	09/10/1987
Nome da Mãe	MARIA DE FATIMA NASCIMENTO DA SILVA	Sexo	Masc
Grau de Instrução	6 - Ensino médio completo		
Estado Civil	Casado	Remuneração	894,00
CTPS	002534 Série: 00030 Dt emissão: 25/04/2005 UF: PB	Identidade	3324907 Dt emissão: 16/05/2005 Org Exp: 01 UF: PB
PIS/PASEP/NIT	1602774765-0	Endereço	RUA JOAQUIM JOAO DOS SANTOS
Bairro	CENTRO	CEP	58297000
Estado	PB	Município	RIO TINTO
Telefone	8300-0021062764	CBO	841710 - FILTRADOR DE CERVEJA
Aposentado	Não	Área	Urbana

**Informações do Acidente**

Data do Acidente	04/08/2016	Hora do Acidente	08:00
Horas Trabalhadas	17:40	Tipo	3 - Trajeto
Houve afastamento?	Sim	Reg. Policial	Não
Local do Acidente	4 - Área Rural	Exp. Local	PRÓXIMA A SEDE DA EMPRESA
CGC da Prestadora	CNPJ - -	UF do Acidente	PB
Município do Acidente	SANTA RITA	Último dia Trabalhado/Dt Óbito	04/08/2016
Parte do Corpo	75.50.80.000 - MEMBROS SUPERIORES, PARTES MÚLTIPLAS (QUALQ		
Agente Causador	30.30.75.200 - MOTOCICLETA, MOTONETA		
Sit. Gerador	20.00.12.500 - QUEDA DE PESSOA COM DIFERENÇA DE N		
Morte	Não	Data Óbito	

*Santa Rita 23/08/2016*

Local e Data

CNPJ: 09.090.259/0001-45  
MIRIRI ALIMENTOS E BIOENERGIA S/A  
Assinatura: Daniel Vieira Smith  
Fazenda Miriri, S/N - Zona Rural  
CEP: 58.300-970 Santa Rita - PB

**Informações do Atestado Médico**

Unidade	TRAUMA DE J PESSOA	Data Atend.	04/08/2016
Hora Atend.	17:40	Houve Internação?	Sim
Deverá o acidentado afastar-se durante o tratamento?	Sim - 120 dia(s)		
Nat. Lesão	70.20.35.000 - FRATURA		
CID - 10	S42.0 - Fratura da clavícula		
Observações	FRAT DO RADIO, TRAUMA ABDOMEM	CRM	0000091616 - UF: PB

Local e Data

Assinatura(\*) e carimbo (legível) do médico com CRM/UF

Cadastrada em 23/08/2016 às 08:35:47

\* A apresentação do atestado médico original, com as informações de identificação do médico assistente, substitui o preenchimento deste campo.

A impressão desta CAT deverá ser apresentada juntamente com o(s) documento(s) original(is) referente ao Segurado, para requerer o benefício acidentário junto à Agência da Previdência Social.

file:///C:/CAT40/CAT2016317280301.HTM

23/08/2016



Assinado eletronicamente por: DANIEL VIEIRA SMITH - 21/10/2016 13:41:25

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16102113384794900000005358579

Número do documento: 16102113384794900000005358579

Num. 5453748 - Pág. 2

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE  
HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA

PACIENTE: John P. M. & company

DATA DO ATENDIMENTO: 24/08/16

Nº PRONTUÁRIO: \_\_\_\_\_ FICHA: \_\_\_\_\_

MÉDICO (CARIMBO): Dr. F. D. G. G. G.  
(2008/11/14)

DIAGNOSTIC: Acute Myocardial Infarction

PROCEDIMIENTO: 1. Se toma una muestra de 100 ml de agua de la zona de estudio.

SEMPRE QUE RETORNAR AO HOSPITAL É  
NECESSÁRIO APRESENTAR ESTE CARTÃO

HTOP: 3214-2911







# ATESTADO MÉDICO



Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a)  
Sr.(a) MONILIO NASCIMENTO portador(a)  
da identidade RG SINUA, que o(a)  
mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às  
\_\_\_\_ horas, portador(a) da patologia CID-  
10 S52.6 + S42.0, devendo permanecer afastado(a)  
de suas atividades laborativas por um período  
de 120 dias, a partir  
desta data.

João Pessoa, 04/08/16

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

Dr. Milton da Silva Linhares  
CRM 4714 T-OT 3115  
Ortopedia Traumatologia

## AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_,  
autorizo o(a) Dr.(\_\_\_\_\_, a  
registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso  
neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

F(NG).CC.003-1



# ATESTADO MÉDICO



Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a)  
Sr.(a) MONILIO NASCIMENTO portador(a)  
da identidade RG SINUA, que o(a)  
mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às  
\_\_\_\_ horas, portador(a) da patologia CID-  
10 S52.6 + S42.0, devendo permanecer afastado(a)  
de suas atividades laborativas por um período  
de 15 dias, a partir  
desta data.

João Pessoa, 04/08/16

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

Dr. Milton da Silva Linhares  
CRM 4714 T-OT 3115  
Ortopedia Traumatologia

## AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_,  
autorizo o(a) Dr.(\_\_\_\_\_, a  
registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso  
neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

F(NG).CC.003-1



Nome: <b>DIONÍSIO NASCIMENTO SILVA</b>		N de BE:	
Idade:	Sexo:	Clinica:	Enf.: Leito:
Data de admissão: <b>02/08/16</b>	Alta: <b>21/08/16</b>	Tempo de Permanência:	

Diagnóstico de Internação: **FRATURA ANCLATIZADA**

Diagnóstico Definitivo:

Diagnóstico Secundário:

Principais exames:

Cirurgia realizada - data e equipe: **TRAT. CIR. DE FRAT. RÂNIO E MANDÍBULA - 19/08/16**

Biópsias: **TRAT. CIR. DE FRAT. CLAVÍCULA E**

Anatomia patológica: **DR. ROBERTO CORREIA**

Infecção: sim ( ) não (X) Coleta de material: sim ( ) não (X)

Resultado bacteriológico:

Condições de alta: Melhorado (X) Removido ( ) A pedido ( ) Curado ( ) Óbito ( ) À Revelia ( )

Resumo Clínico: história evolução, terapêutica, complicações:

**Doença da mandíbula operada**  
**livre**

Dieta:

Repouso:

Relativo em casa por, **30** dias.

Retorno às atividades sem esforço físico em, **60** dias.

Retorno às atividades com esforço físico leve, **90** dias e com maior em, **90** dias.

Cuidados com a ferida operatória: lavá-la com água e sabão duas vezes por dia se sentir dor, calor, vermelhidão ou inchaço no local ou se ocorrer febre, procurar imediatamente o Htop.

Medicações para casa:

**exproxiacina 1000mg**

Retorno:

Ao posto de saúde em **17/08** para retirada de ponto.

Ao ambulatório em 30 dias para revisão.

João Pessoa: **21/08/16** de de

Ass. Médico CRM

Este documento destina-se a aprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA DE  
MAMANGUAPE, ESTADO DA PARAÍBA.

PROCESSO nº 0801987-74.2016.8.15.0231

**DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA**, amplamente qualificada nos autos do processo em  
epígrafe, que contende com **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, vem, com o devido respeito  
e acatamento a presença de Vossa Excelência, através de seus advogados que esta subscrevem,  
**REQUERER A JUNTADA DO SUBSTABELECIMENTO EM ANEXO, EM NOME DA DRA.**  
**MARIÂNGELA CARDOSO BEZERRA, INSCRITA NA OAB/PB SOB O N.º 20.404.**

Termos em que pede e espera natural deferimento.

João Pessoa/PB, 21 de novembro de 2016.

**Daniel Vieira Smith**

OAB/PB n.º 19.193

**Mariângela Cardoso Bezerra**

OAB/PB n.º 20.404





## **SUBSTABELECIMENTO COM RESERVA DE PODERES**

Por este instrumento particular de substabelecimento de procuração, eu, Dr. **DANIEL VIEIRA SMITH**, advogado regularmente inscrito na OAB/PB sob o n.º 19.193, com endereço profissional situado à Av. Ruy Carneiro, n.º 148, Sala 04, Miramar, CEP: 58.032-101, João Pessoa – PB, substabeleço, **COM RESERVA DE PODERES**, à Dra. **MARIÂNGELA CARDOSO BEZERRA**, advogada regularmente inscrita na OAB/PB sob o n.º 20.404, com endereço profissional situado à Av. Ruy Carneiro, n.º 148, Sala 04, Miramar, CEP: 58.032-101, os poderes que me foram outorgados por

DIONÍSIO NASCIMENTO DA SILVA,  
nos autos do Processo n.º  
0801987 - 74.2016.8.15.0231.

João Pessoa/PB, 21 de novembro de 2016

**Daniel Vieira Smith**  
OAB/PB n.º 19.193

**Scanned by CamScanner**





CNPJ 08.806.754/0015-40  
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA  
Atendimento - Cívico, 1777  
Água Fria - CEP 58053-900  
Assinatura: 08/11/2016

## DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 611/049, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 1373720, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **DIONÍSIO NASCIMENTO DA SILVA** idade 28 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Queda de Moto)** no dia 04/08/2016, próximo a Empresa Miriri Alimentos e Bioenergia e Posto Jacaraúna, Bairro: - Santa Rita - aproximadamente às 17:30 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 17 de Novembro de 2016.

*Jefferson da Rocha Augusto*  
Estatístico  
CRE/9ª Região: 10171

**Jefferson da Rocha Augusto**  
Matrícula: 67.155-6  
Coordenação do SAME  
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – CEP: 58053-900 – João Pessoa – PB  
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125







**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

Livro nº 007/2016

Ocorrência nº. 2087/2016

Aos DEZOITO dias de NOVEMBRO de DOIS MIL E DEZESSEIS, nesta cidade de MAMANGUAPE/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **MARCOS PAULO SALES DE CASTRO**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) Frederico Figueiredo Brito da Silva, aí, por volta 09h:40min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

**DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA**, conhecido por , Identidade nº 3.324.907-SSP/PB, CPF nº 075.764.544-58, nacionalidade brasileiro, estado civil: casado, profissão: auxiliar de fermentador, filho(a) de Valdeci Soares Da Silva E De Maria De Fátima Nascimento Da Silva, natural de Mamanguape/PB, nascido(a) em 09/10/1987 (29 anos de idade), do sexo masculino, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Sebastião Binha, nº 60, bairro: Planalto – Mamanguape/PB, tendo como ponto de referência: , na cidade de Mamanguape/PB, fone(s) para contato: (83)99114-0244.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: **ACIDENTE DE TRÂNSITO (DANOS);**
- 2) DATA DO FATO: 04 de agosto de 2016;
- 3) HORÁRIO: 17h:20min;
- 4) LOCAL: Usina Miriri nº , bairro: zona rural – Mamanguape/PB;
- 5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, João Pessoa/PB;
- 6) O COMUNICANTE/VÍTIMA CONDUZIA O VEÍCULO? NÃO;
- 7) SENDO O(A) COMUNICANTE CONDUTOR(A) DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, É ELE HABILITADO? ;
- 8) O VEÍCULO DO(A) COMUNICANTE/VITIMA ENCONTRA-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS? SIM

**6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:**

uma motocicleta marca/modelo: HONDA/CG 150 TITAN ES, ano: 2007/2008, chassi: 9C2KC08508R008571, cor: PRETA, placa: MOH 3167/PB de propriedade de MARIA DE FÁTIMA N DA SILVA

**8) BREVE RESUMO DO FATO:**

QUE o comunicante estava de carona no referido veículo, no local em referência, veículo este conduzido pela pessoa de JOSIVALDO NASCIMENTO DA SILVA, quando em uma curva depois de um veículo passar por eles e ter levantado grande quantidade de poeira, onde o condutor perdeu a sua visibilidade e para livrar-se de uma máquina que estava retirando barro do local, o mesmo perdeu o controle, colidindo em um barreiro, sofrendo assim acidente de trânsito, QUE foi socorrido pelo SAMU da cidade de Santa Rita, e encaminhado para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, João Pessoa/PB vítima de acidente de trânsito, QUE o comunicante foi atendido no hospital em referência.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

*Dionisio Nascimento da Silva*

DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA  
Comunicante

*[Assinatura]*  
Escrivã(o)/Agente  
Matrícula nº 156.567-2

Rua Escritor Lima Pinto nº 18, Campo, Mamanguape/PB telefone: 3292-2604

## **SUBSTABELECIMENTO COM RESERVA DE PODERES**

Por este instrumento particular de substabelecimento de procuração, eu, Dr. **DANIEL VIEIRA SMITH**, advogado regularmente inscrito na OAB/PB sob o n.º 19.193, com endereço profissional situado à Av. Ruy Carneiro, nº. 148, Sala 04, Miramar, CEP: 58.032-101, João Pessoa – PB, substabeleço, COM RESERVA DE PODERES, ao Dr. **RODRIGO NOGUEIRA PAIVA**, advogado regularmente inscrito na OAB/PB sob o n.º 18.688, com endereço profissional situado à Av. Ruy Carneiro, nº. 148, Sala 04, Miramar, CEP: 58.032-101, os poderes que me foram outorgados por DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA, nos autos da Ação de Cobrança do Seguro DPVAT n.º 0801987-74.2016.8.15.0231.

João Pessoa/PB, 22 de Novembro de 2016.

**Daniel Vieira Smith**

OAB/PB n.º 19.193



SEGUE TERMO DE AUDIENCIA







Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba  
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

**MUTIRÃO DPVAT – JOÃO PESSOA / 2016**  
**TERMO DE ACORDO/HOMOLOGAÇÃO E ALVARÁ JUDICIAL**

Banca 05

Processo nº: 0801987-74.2016.8.15.0231

Vara de Origem: 2ª Vara Mista de Mamanguape-PB

Requerente: Dionísio Nascimento da Silva CPF: 075.764.544-58

Advogado DANIEL VIEIRA SMITH OAB/PB 19.193 CPF 082.757.094-58

Requerida: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

CNPJ nº 09.248.608/0001-04.

Preposto da Seguradora: Fernanda Moreira da Paiva CPPF: 098.936.627-88

Advogado da Seguradora: Bruno Medeiros da Rosa OAB /RJ 186773

**INFORMAÇÕES DOS VALORES INDIVIDUALIZADOS, INCLUSIVE PARA FINS DE CUMPRIMENTO DOS ALVARÁS.**

Valor Total do acordo: R\$ 7.053,75 (sete mil e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos)

Valor da parte autora: R\$ 6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)

Valor dos honorários do advogado: R\$ 641,25 (seiscentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos)

As partes acima identificadas, todos representados neste momento por seus advogados ao final assinados, declaram, ratificam e firmam neste TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO/ ALVARÁ JUDICIAL, em caráter irrevogável e irretratável, têm justo e reciprocamente aceito e fixado o seguinte:

Com o objetivo de dar fim à Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório- DPVAT acima identificada, relativa à indenização decorrente de acidente de trânsito, em trâmite perante o Juízo apontado neste termo, proposta pelo Autor em face da Ré, as partes, por mútua e recíproca vontade, resolvem compor-se amigavelmente, estipulando, de comum acordo:

I. O pagamento dos valores constantes deste termo, será realizado através dos respectivos alvarás judiciais, precedido de DJO (Depósito Judicial), sendo o principal (da parte autora) através deste instrumento que servirá como alvará judicial, enquanto que os valores referentes os honorários do advogado, através de alvará específico, também expedido nesta data, ambos para pagamento em 45 dias úteis. Os valores pagos correspondem à totalidade do pedido autoral, com quitação inclusive da correção monetária, juros de mora e demais obrigações pecuniárias e acessórias.

Os recebimentos dos valores aqui acordados, por seus respectivos beneficiários, devem ocorrer nos exatos termos das quantias estabelecidas neste termo, sob pena de incidência do crime de apropriação indébita, conforme art. 168, § 1º, III, do Código Penal, sem prejuízo a infração disciplinar disposta no art. 34, XXI da Lei nº. 8.906/94.

É de se ressaltar que a transação realizada nos autos do processo em epígrafe não gera qualquer tipo de precedente, não obrigando a Ré ou qualquer Seguradora integrante do “Consórcio DPVAT”, a celebrar acordo em processos judiciais similares ao ora tratado.

Fica pactuado ainda, entre as partes, que o percentual de 50% (cinquenta por cento) das custas do processo será pago pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar desta data.

Os 50% (cinquenta por cento) restantes serão pagos pela parte autora, ficando suspensa sua exigibilidade caso seja beneficiária da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.

Quando do pagamento e recebimento discriminado, como por força deste TERMO DE ACORDO/ ALVARÁ JUDICIAL, o (a) Autor (a) dará à Ré a mais ampla, plena, rasa, total, geral, irretratável e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, seja a que título for, em Juízo ou fora dele, sob qualquer fundamento e alegação, valores oriundos do acidente automobilístico descrito na inicial, tendo sido vitimado o promovente citado na inicial, relativo à indenização.



por invalidez, correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos.

Sem prejuízo do exposto, em apreço ao Princípio da Eventualidade, requer ainda a Ré:

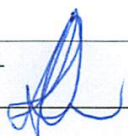
- o desbloqueio de contas, caso tenham sido bloqueadas on-line;
- a baixa de eventual penhora, no caso de bens já penhorados;
- recolhimento do mandado de penhora e intimação de execução, caso já tenham sido expedidas por este

d. Juízo.

**A parte ré informa que os atos constitutivos, procuração, substabelecimento e carta de preposto estão acautelados em cartório e servem somente para este ato.**

Assim sendo, e estando as partes ajustadas e acordadas, sem nenhuma ressalva e oposição, ratificam o inteiro teor deste TERMO DE ACORDO/ALVARÁ JUDICIAL, valendo para todos os efeitos legais, inclusive com relação ao encerramento definitivo e respectiva baixa da ação acima referida, fazendo coisa julgada.

Termos em que pede deferimento.

Conciliador(a) _____	
Parte Autora: <u>Dionísio Nascimento da Silva</u>	Adv. Autor _____
Seguradora: _____	Adv. Seguradora _____

#### HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL (Mutirão de DPVAT)

Homologo, por **SENTENÇA**, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo supra, extinguindo o processo com resolução do mérito e assim o faço com fulcro no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil.

Homologo ainda a renúncia do prazo recursal requerida pelas partes.

Este termo conterà o respectivo alvará judicial relativo aos valores da parte autora e o alvará referente aos honorários será expedido em separado.

Partes de logo intimadas. Publicada neste ato. Registre-se.

Comprovado o pagamento das custas processuais, archive-se com a devida baixa.

João Pessoa/PB, 22 de novembro de 2016.

#### **ALVARÁ JUDICIAL**

Pelo presente Alvará Judicial, o magistrado subscritor abaixo identificado AUTORIZA ao Banco do Brasil S/A a liberação, no prazo de 45 dias úteis, a contar desta data, dos valores depositados em nome Dionísio Nascimento da Silva, cpf: 075.764.544-58 referente ao presente processo, cujos dados se encontram inseridos neste termo, no valor de R\$ 6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos). A liberação/levantamento deve ocorrer alcançando possíveis atualizações monetárias verificadas após o efetivo depósito, mediante a identificação do beneficiário.

João Pessoa/PB, 22 de novembro de 2016.

	Magistrados
---	-------------

Juiz Bruno César de Azevedo Isidro

Juiz Fábio Leandro de Alencar Cunha

Juiz Antônio Carneiro de Paiva Júnior

Juiz Ricardo da Costa Freitas

Juíza Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas

Juíza Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga

Juíza Maria das Graças Fernandes Duarte







Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba  
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

**MUTIRÃO DPVAT – JOÃO PESSOA / 2016**  
**TERMO DE ACORDO/HOMOLOGAÇÃO E ALVARÁ JUDICIAL**

Banca 05

Processo nº:0801987-74.2016.8.15.0231

Vara de Origem: 2ª Vara Mista de Mamanguape

Requerente: Dionísio Nascimento da Silva CPF: 075.764.544-58

Advogado: DANIEL VIEIRA SMITH OAB/PB 19.193 CPF 082.757.094-58

Requerida: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVATS/A.

CNPJ nº 09.248.608/0001-04.

Preposto da Seguradora: Fernanda Moreira da Paiva CPPF: 098.936.627-88

Advogado da Seguradora: Bruno Medeiros da Rosa OAB/RJ 186773

**ALVARÁ JUDICIAL**

Por meio do presente ALVARÁ JUDICIAL o magistrado abaixo subscrito e identificado, AUTORIZA ao Banco do Brasil S/A a liberação, no prazo de 45 dias úteis, da quantia de R\$ 641,25 (seiscentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos)) referente aos honorários de advogado, em favor **DANIEL VIEIRA SMITH OAB/PB 19.193 CPF 082.757.094-58**, cuja liberação deve alcançar possíveis atualizações ocorridas após o efetivo depósito.

João Pessoa/PB 22 de novembro de 2016.

Juiz Bruno César de Azevedo Isidro

Juiz Antônio Carneiro de Paiva Júnior

Juíza Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas

Juíza Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga

Juiz Fábio Leandro de Alencar Cunha

Juiz Ricardo da Costa Freitas

Juíza Maria das Graças Fernandes Duarte



# AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

## Informações da Vítima

Nome completo: Dionísio Nascimento da Silva  
CPF: 075.764.544-58  
Endereço completo: Rua Sebastião Pinha, 60 - Mamanguape-pb

## Informações do Acidente

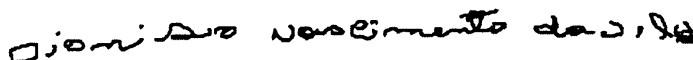
Local: santa rita-pb  
Data do acidente: 04/08/2016

## Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 0801987-74.2016.8.15.0231, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na Vara Cível ou JEC da Comarca de João Pessoa-PB.

João Pessoa - PB, 22 de novembro de 2016

local e data



assinatura da vítima

## Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

*Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.*

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

**mão direita e ombro esquerdo.**

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

**Fratura de ulna e radio distal direito, tratado cirurgicamente, evoluindo com deficit de força moderada na mão direita. Fratura de clavícula esquerda, tratado cirurgicamente, evoluindo com limitação da mobilidade do ombro esquerdo.**

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

**limitação com deficit de força moderada na mão esquerda. Limitação de mobilidade de ombro esquerdo.**

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

>laudo\_mutirão, emissão: 22/11/2016 19:44:47, vítima: Dionísio Nascimento da Silva< >exMed - Copyright © - 2012<

>Página - 1 / 3<





( X ) Não

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

**Segmento corporal acometido: mão direita e ombro esquerdo.**

a) ( ) Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) ( X ) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) ( ) Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) ( X ) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico Marque aqui o percentual

1ª Lesão

**Perda funcional completa de uma das mãos - Lado Direito**

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( X ) 50% Média ( ) 75% Intensa

2ª Lesão

**Perda completa da mobilidade de um dos ombros - Lado Esquerdo**

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( X ) 50% Média ( ) 75% Intensa

3ª Lesão

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

4ª Lesão

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

**vítima com cicatriz de LE porem sem referencia a lesão ou tratamento na documentação do primeiro atendimento.**

Local e data da realização do exame médico:  
João Pessoa - PB, 22 de novembro de 2016

Assinatura do médico perito - CRM

Assinatura do médico assistente - CRM

**SAUDESEG**  
**Dr. Leonardo Neves**  
**CRM-PE 17742**

José de Almeida Braga  
MÉDICO CRM 23299



## PARECER - ASSISTENTE TÉCNICO SEGURADORA LÍDER - DPVAT

---

### JUSTIFICATIVAS      Empresa Médica: SaudeSeg - Sistemas de Saúde Ltda

Vítima:                Dionísio Nascimento da Silva  
Processo:            0801987-74.2016.8.15.0231  
Vara:  
Pasta:

- ( ) Mantida / em conformidade a avaliação médica administrativa
- ( ) Agravamento
- ( ) Nova lesão
- ( ) Divergência na aplicação da tabela legal

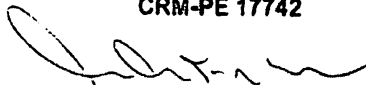
### JUSTIFICATIVA:

SEM LAUDO ADM. CONCORDÂNCIA COM LAUDO DO PERITO.

Data: 22 de novembro de 2016

Assinatura do médico assistente - CRM

**SAUDESEG**  
**Dr. Leonardo Neves**  
**CRM-PE 17742**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE MAMANGUAPE – PB**

**PROCESSO Nº 0801987-74.2016.8.15.0231**

**REQUERENTE: DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA**

**REQUERIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A E MAPFRE VERA**

**CRUZ SEGURADORA S/A**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A E MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por seus advogados infra signatários, requerer a juntada do comprovante de pagamento referente ao acordo celebrado entre as partes.

Tendo em vista que a requerida já adimpliu o valor total do acordo, requer que este Doutor Magistrado determine a liberação do alvará judicial, e posterior arquivamento do processo.

Termos em que espera deferimento.  
Fortaleza/CE, 16 de janeiro de 2017.

**ANASTACIO MARINHO      DEBORAH SALES      CAIO CESAR ROCHA**

**OAB/CE 8.502      OAB/CE 9.687      OAB/CE 15.095**

**WILSON BELCHIOR**

**OAB/PB 17.314-A**



ROCHA, MARINHO  
E SALES  
ADVOCADOS

ANASTACIO MARINHO  
CAIO CESAR ROCHA  
DEBORAH SALES  
TIAGO ASFOR ROCHA  
WILSON SALES BELCHIOR  
AMAURY GOMES  
ANA AMÉLIA RAMOS  
ANA CAROLINNE DA SILVA  
ANA JULIA SILVA  
ANDRESSA FRANÇA  
BÁRBARA ROCHA  
BRENO PESSOA  
CARLA LIMA  
CAROLINA BEZERRA  
CHIARA PIMENTA

CLÁUDIA ARRUDA  
CRISTIANA FREITAS  
CRISTIANE CARVALHO  
DANIELLE LUCENA  
DAVID ROCHA  
EDUARDO FERREI  
ÉLIDA LIMA MARTINS  
ELORA FERNANDES  
EMANUELLA PONTES  
ÉRIKA NÓBREGA  
EVELINE LIMA  
FABIOLA FEIJÓ  
FABIOLA FREITAS  
FLÁVIA LINS  
GLAUBER NUNES

HUGO MELO  
ÍCARO REBOUÇAS  
ILANA LIMA  
JANIELLE SEVERO  
JOÃO PIMENTEL  
JULIANA MIRANDA  
JÚLIO CABRAL  
JUSSARA MAFRA  
KAMILA CARVALHO  
LARISSA MAIA  
LARISSA SILVEIRA  
LARISSA RODRIGUES  
LAYLA MILENA  
LEONARDO CAPISTRANO  
LIANE OLIVEIRA

LUCAS ASFOR  
LUCAS CAVALCANTE  
MAGDA MADEIRA  
MANOEL BURGOS  
MARCELO ALENCAR  
MÁRCIO MACIEL  
MÁRCIO MOITINHO  
MARCUS FREITAS  
MARIELE BRAGANTE  
MAYRA REGUEIRA  
MIGUEL CORDEIRO  
NATASHE MESQUITA  
NATHALIA BARROS  
NATHALIA RODRIGUES  
NATHALY SOUZA

PATRICIA SANTOS  
PAULO LUCENA  
PEDRO CAMINHA  
RAFAEL NOGUEIRA  
RENAN REBOUÇAS  
RENATO ARRUDA  
ROBERTA PORTELA  
RUAN CASTRO PAIVA  
TATHIANNE LUIZ  
VANESSA FREIRE  
VÂNIA COSTA  
WILTON GALVÃO  
  
CONSULTOR:  
MIN. PAULO GALLOTTI

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO 2ª VARA MISTA DA  
COMARCA DE MAMANGUAPE - PB**

**PROCESSO Nº 0801987-74.2016.8.15.0231**

**REQUERENTE: DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA**

**REQUERIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A E MAPFRE VERA  
CRUZ SEGURADORA S/A**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A E MAPFRE VERA CRUZ  
SEGURADORA S/A**, já devidamente qualificada nos autos do processo em  
epígrafe, vem, por seus advogados infra signatários, requerer a  
juntada do comprovante de pagamento referente ao acordo celebrado  
entre as partes.

Tendo em vista que a requerida já adimpliu o valor total do  
acordo, requer que este Doutor Magistrado determine a liberação do  
alvará judicial, e posterior arquivamento do processo.

Termos em que espera deferimento.  
Fortaleza/CE, 16 de janeiro de 2017.

**ANASTACIO MARINHO**  
**OAB/CE 8.502**

**DEBORAH SALES**  
**OAB/CE 9.687**

**CAIO CESAR ROCHA**  
**OAB/CE 15.095**

**WILSON BELCHIOR**  
**OAB/PB 17.314-A**

[www.rochamarinho.adv.br](http://www.rochamarinho.adv.br)





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		10/01/2017	944	4400111490790
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
10/01/2017	2244123	08019877420168150231	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
MAMANGUAPE	2 VARA CIVEL	RÉU	7053,75	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídico	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA		Física	07576454458	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
829103A3FB13E6D0				





## SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 488, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 448 (quatrocentos e quarenta e oito) Certificados do Tesouro Nacional - CTN, no montante de R\$ 1.484.349,17 (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro, trezentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos), observando-se as seguintes características:

Ano	Data de Emissão	Data de Vencimento	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Valor (R\$)
CTN	01/07/1998	01/07/2018	91	3.545,82	322.642,58
CTN	01/08/1998	01/08/2018	293	3.518,06	1.030.791,38
CTN	01/08/2003	01/08/2023	17	1.036,63	17.622,71
CTN	01/08/2003	01/08/2020	47	2.410,48	112.697,56
TOTAL			448		1.484.349,17

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS  
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE  
SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 32, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos processos Susep 15414.001508/2016-14 e 15414.001509/2016-51, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PAN SEGUROS S.A., CNPJ n. 33.245.762/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária, realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores;
- II - Mudança do endereço da sede social para: Avenida Paulista, 1.374, 11º andar, Bela Vista, CEP 01310-100, São Paulo - SP; e
- III - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 33, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001541/2016-36, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de POTENTIAL SEGURADORA S.A., CNPJ n. 11.699.534/0001-74, com sede na cidade de Belo Horizonte - BH, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2016:

- I - Alteração do endereço da sede para Avenida Raja Gabaglia, 1.143, 18º, 19º e 20º andares, Luxemburgo, Belo Horizonte - MG; e
- II - Alteração do artigo 3º e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 34, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001271/2016-63, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 17 de março de 2016:

- I - Eleição dos membros do conselho de administração e fiscal;
- II - Mudança da denominação social para SEGURADORA LÍDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A.; e
- III - Alteração do artigo 1º do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 35, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001300/2016-97, resolve:

mento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, o 00012016080400031

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de AIG SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ n. 33.040.981/0001-50, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de março de 2016:

- I - Constituição do comitê de auditoria e eleição de seus membros; e
- II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 36, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, considerando o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001281/2016-07, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A., CNPJ n. 33.065.699/0001-27, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária, realizadas cumulativamente em 28 de março de 2016:

- I - Mudança da denominação social para SEGUROS SURA S.A.; e
- II - Reforma do art. 1º do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 37, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DA DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 38, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o que consta do processo Susep nº 15414.005295/2015-19, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de EVIDENCE PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 13.615.969/0001-19, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2015:

- I - Aumento do Capital Social no valor de R\$ 65.000.000,00, elevando-o para R\$ 250.000.000,00, representado por 12.591.171.800 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal; e
- II - Reforma do artigo 3º do estatuto social, tendo em vista o disposto no inciso I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 38, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001503/2016-83, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração dos artigos 10, 11, 12, 17 e 19 e a consolidação do estatuto social de ZÜRICH BRASIL CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 17.266.009/0001-41, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberações tomadas por seus acionistas nas assembleias gerais ordinária e extraordinárias realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 39, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001396/2016-93, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ n. 61.198.164/0001-60, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores; e
- II - Alteração dos artigos 7º e 10 do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 40, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001514/2016-63, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 58.768.284/0001-40, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores; e
- II - Alteração dos artigos 7º e 10 do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

## Ministério da Integração Nacional

## GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 236, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

Altera a Portaria nº 528, de 13 de setembro de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º A ementa da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e em irrigação, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011." (NR)

Art. 2º O art. 1º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º As pessoas jurídicas de direito privado, estabelecidas sob a forma de Sociedade de Propósito Específico - SPE, que possuam projetos de investimento ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e de irrigação devem requerer a aprovação do Ministério da Integração para implementação de projetos considerados como prioritários para fins de obtenção do benefício previsto no § 2º do art. 4º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

Parágrafo único. São passíveis de enquadramento no caput os projetos de investimento nas áreas de infraestrutura ou produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação aprovados pelo Ministério da Integração Nacional, que visem à implantação, ampliação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização, entre outros, dos setores de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e de irrigação." (NR)

Art. 3º O art. 3º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º ....."

X - declaração emitida pela SPE de que seus titulares não tenham transferido, em desacordo com as normas vigentes, o controle acionário de empresa titular de projeto em implantação, modernização, ampliação ou diversificação que seja beneficiado com recursos dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste, ou dos Fundos de Investimentos Regionais;

XI - declaração emitida pela SPE que certifique que os titulares daquela sociedade não estejam em débito, ainda que em caráter não financeiro, com o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, o Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES, as Superintendências de Desenvolvimento Regional (SUDAM, SUDENE e SUDECO) ou com os agentes operadores dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste ou do Nordeste, sob pena de cancelamento da concessão de prioridade e restituição dos benefícios recebidos à Receita Federal do Brasil, sem prejuízo de acréscimos de multas e juros, calculados em conformidade com a legislação;

....." (NR)

Art. 4º O art. 4º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º ....."

I - em se tratando de projetos enquadrados no setor de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica, à Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH; e



Assinado eletronicamente por: WILSON SALES BELCHIOR - 16/01/2017 08:58:19

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17011608571739000000006132541>

Número do documento: 17011608571739000000006132541

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, secretário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 8.502, **DEBORAH SALES BELCHIOR**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/CE sob o nº 9.687, **CAIO CESAR VIEIRA ROCHA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 15.095, **TIAGO ASFOR ROCHA LIMA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 16.386, **WILSON SALES BELCHIOR**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/CE sob o nº 17.314; **INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA ROCHA MARINHO E SALES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, inscrita na OAB/CE sob o nº 277, com escritório situado na Av. Desembargador Moreira, 760, 6º andar, Salas 601 a 614, Ed. Centurion, Meireles, CEP: 60.170-000, Fortaleza/CE, Fones: (85) 3208-8700 e Fax: (85) 3208-8703, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente; bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e**

*Preocupado com o meio ambiente a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.*









PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, é por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, **TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Julzo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde

*Preservando com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.*



R. Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205  
Tel 21 3061-4600  
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

OUTORGANTE figura, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9900  
Reconheço por semelhança as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MÁRCIO BARBOSA NORTON (XXXXXX0471AB)  
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia : 8,40  
36% TITULARES : 3,00  
Total : 11,40  
Bruno Rodrigo Belen Gaspar - Aut. ERM-29273 INK, ERM-29274 GUP  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

APERTURA DO 1  
Bruno Rodrigo  
Belén Gaspar  
Escritório  
CNPJ nº 04.9476  
14.811-1443094  
OFÍCIO DE NOTAS - P



Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



Assinado eletronicamente por: WILSON SALES BELCHIOR - 16/01/2017 08:58:24

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17011608572686700000006132543>

Número do documento: 17011608572686700000006132543

Num. 6246944 - Pág. 4

[illegible][illegible][illegible]











Dr. Saulo devere ser remunerado, 25) REMUNERAÇÃO DE DIRETOR-GERENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O Conselho Renato Pires Rodrigues apresenta aos demais Conselheiros esta Resposta das câmbios 91 Diretor Administrativo-Financeiro e

FILED: 12/24/2017 09:59:34



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosaria Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faori.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Retratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº: 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, secretário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 1







Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inhabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução nº 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Retificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

**MESA DE TRABALHO:**

  
Luiz Tavares Pereira Filho  
Presidente

  
André Leal Paoro  
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 2 de 3



**17º Ofício de Notas**  
 Tabelião: Carlos Alberto de Almeida  
 Rua do Carmo, 150 - Centro - São Paulo/SP - CEP: 01201-000  
 Tel: (11) 3131.1111

**CARTÓRIO DO 17º Ofício de Notas**  
 Bruno Rodrigo Belchior  
 Gaspel

Atestado de Fiel do  
 Original que foi apresentado, em  
 Rio de Janeiro, 01 de Junho de 2016.

Brno Rodrigo Belchior Gaspel - Aut.  
 EX0Y-94333 UID Consultar em: <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

Reprodução fiel do  
 Original  
 Serenata  
 10474005  
 Total : 6,90

5,09  
 1,81

088674  
 A5506383




  
Rosana Techima Salsano  
Conselheira Vice-Presidente


  
Bernardo Dieckmann  
Conselheiro


  
Celso Damadi  
Conselheiro

  
Francisco Alves de Souza  
Conselheiro


  
Hélio Hiroshi Kinoshita  
Conselheiro

  
Jabis de Mendonça Alexandre  
Conselheiro


  
João Gilberto Possiede  
Conselheiro

  
Jorge de Souza Andrade  
Conselheiro

  
Múcio Novaes de Albuquerque  
Cavalcanti  
Conselheiro


  
Ricardo José Iglesias Teixeira  
Conselheiro

  
Roberto Barroso  
Conselheiro

  
Valeria Camacho Martins Schmitke  
Conselheira

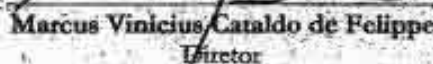
Assinatura dos Eleitos:

  
Ricardo de Sá Acatauassu Xavier  
Diretor Presidente

  
Carlos André Guerra Barreiros  
Diretor

  
Marcelo Davoli Lopes  
Diretor

  
Claudio Mendes Ladeira  
Diretor

  
Marcus Vinicius Canaldo de Felipe  
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 3 de 3









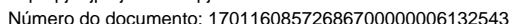


[illegible]





TOTAL DE CONTABILIZACAO











Número do documento: 17011608572686700000006132543

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 16hs, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de março de 2015.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Rosana Techima Salsano e Wady José Mourão Cury. Presente ainda o conselheiro suplente Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atendeu à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição de novo membro da Diretoria Executiva da Companhia; (ii) Designação dos diretores responsáveis perante a SUSEP; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (i) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, tendo em vista que o atual diretor José Márcio Barbosa Norton atingiu a idade máxima de 66 (sessenta e seis) anos estabelecida por este Conselho como limite para o exercício do cargo de diretor da Companhia, eleger **Carlos André Guerra Barreiros**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a SUSEP até a posse do diretor ora eleito, que dar-se-á somente quando da homologação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito terá mandato de 1 (um) ano, desta data até 25 de março de 2016, permanecendo no cargo até a investidura de novo administrador. O Diretor ora eleito declara que não está incurso em nenhum crime que o impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estar inabilitado para tanto, nos termos da lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de março de 2015 às 16hs

Página 1 de 3




contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelas relações com a SUSEP (até a posse do diretor Carlos André Guerra Barreiros, ocasião em que passará a ser exercida pelo mesmo); (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei n 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP n° 234/03 e 445/12) e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP n° 234/03 e Resolução CNSP n° 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP n° 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:**


Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2015.


**MESA DE TRABALHO:**



**Luiz Tavares Pereira Filho**  
Presidente



**Bernardo Dieckmann**  
Conselheiro



**Jabis de Mendonça Alexandre**  
Conselheiro



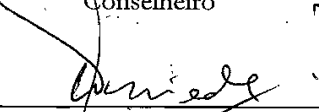
**Jorge de Souza Andrade**  
Conselheiro



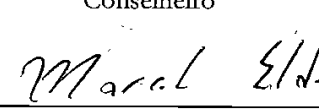
**André Leal Faoro**  
Secretário



**Celso Damadi**  
Conselheiro



**João Gilberto Possiede**  
Conselheiro





**Marcelo Goldman**  
Conselheiro


Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de março de 2015 às 16hs

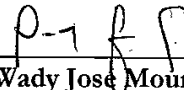
Página 2 de 3



  
Múcio Novaes de Albuquerque  
Cavalcanti  
Conselheiro

  
Ricardo José Iglesias Teixeira  
Conselheiro

  
Rosana Techima Salsano  
Conselheira

  
Wady José Mourão Cury  
Conselheiro





[illegible]

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 4 DE JANEIRO DE 2012, LAVRADA NA FORMA DE SUMÁRIO. Certidão Arquivada na JUCERJA em 09.01.12 sob o nº 2279674. Valéria G.M. Serra - Secretária Geral

COMPANHIA FECHADA  
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15.12.2011 - CUMPRIDA

**LOCAL:** DATA: FÉV. 06; N°: 125.2011 - SUMÁRIO:  
RUA Candelária, nº 66A, no bairro Santa Urzula, em 15 de setembro de  
2011, às 11 horas, AÇIONISTAS: Presente e compareceu UNO(S) SR.  
GRUZ S.A., neste ato representado por seus Diretores, Sr. Leonardo  
de Almeida, Sr. Paulo Roberto da Silva e Sr. Fernando Chaves, todos  
titulares do Capital Social, motivo para o qual dependem de aprovação  
desta ASSEMBLEIA GERAL ORDENADA EM DIA 1º Eileção de  
Presidente, em substituição ao Sr. Dante da Silva REISOLU-  
ÇÃO Nº 001/2011, com o seguinte teor: O Sr. Dante da Silva, atual  
Diretor, casado, econômico, domiciliado na Rua Candelária,  
nº 66, nº 11 andar, condar, portador da carteira de identidade do  
estrangeiro nº V17082611, expedida em 10/06/2009 inscrito no  
CPF nº 000.000.000-00, para o cargo de Presidente, em  
substituição ao Sr. Dante José da Silva, cujo mandato foi  
da Companhia nesta data. Escadre-se que o mandato do Sr. Andrea  
Matini expirou há juntamente com os demais diretores. ENCERRA-  
MENTO: Nada mais havendo a tratar, foi lida e presente Atá, que  
foi aprovada e assinada pelo Sr. Paulo Roberto da Silva, em 15 de  
dezembro de 2011, Mesa: Paulo Roberto da Silva / Presidente e  
Fernando Chaves de Araújo Trevisan / Secretário – Assinatura –  
GRUZ S.A., neste ato representado por seus Diretores Sr. LEONARDO  
DE ALMEIDA, Sr. PAULO ROBERTO DA SILVA e Sr. FERNANDO CHAVES  
que foram devidamente autenticados e Certificados Confíquo  
este documento foi arquivado na JUCESP sob nº 0280198, em  
10.01.2012 Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

DO SEGURO OPVAT S.A.  
CNPJ/ME nº 09.248.608/0001-04 - NIRE nº 33.3.0028479-5

**A**TÀ DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS EM 22 DE MARÇO DE 2011.

**Hora e Local:** Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2011, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua Sislânir Dantas nº 74, 5º andar, CEP 26931-200, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, (CNPJ 06831.703; CVM 040410).

**Assuntos em discussão:** A ordem do dia é a seguinte: "Ordem do Dia de Janeiro", nas edições dos dias 10, 11 e 14 de março de 2011, Partes V, nas páginas 34, 15 e 14, respectivamente, e no "Jornal Valor Econômico", nas edições dos dias 10, 11 e 14 de março de 2011, nas páginas 16, B13 e C7, respectivamente. Publicações Previstas: O Conselho Fiscal apresentará relatório sobre o desempenho das atividades realizadas nos períodos dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, formou publicações no topo do dia 28 de fevereiro de 2011 no jornal "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nas páginas 10, 11 e 12, respectivamente, e no "Jornal Valor Econômico", nas edições BB, B9 e B10, tudo na forma de Lei nº 6.404/76 e demais providências da Superintendência de Seguros Privados. Presença: Presenças os assinantes representando mais de 2/3 (dois terços) do capital votante, presentes todos os membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Registro de Presença, do Acionista da Companhia, Flávio Augusto

## ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

**ENVIO DE MATÉRIAS:** As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema eletrônico ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rn ou Niterói.

**PARTE I - PODER EXECUTIVO.** Os textos e reclamações sobre publicações das matérias deverão ser encaminhados à *Assessoria para Preparo e Publicações dos Alos Oficiais* - *á Rua Pinheiro Machado, s/nº* - (Palácio Guanabara - Caxa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901. Tel.: (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244.

**AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ:** Atendimento das 09:00 às 17:00 horas

<b>RIO</b> - Rua São José, 35, sl. 222/24 Edifício Garagem Menezes Cortes Tels.: (0xx21) 2332-6548, 2332-6550 e Fax: 2332-6649	<b>NITERÓI</b> - Shopping Osx Market 3º piso, loja 321, Centro, Niterói, RJ Tels.: (0xx21) 2719-2683, 2719-2693 e 2719, 2705
---	---

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO	cm/col	R\$ 132,00
	cm/col para Municipalidades	R\$ 92,40

**RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:** Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente de Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)

(\*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.

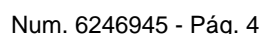
A imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para

vender assinaturas. Essas somente poderão ser efetuadas em nossas Agências, e não em Agências credenciadas do Banco ITAÚ. Cópias de exemplares atrasados poderão ser adquiridas à rua Professor Heitor Carniolo nº 81, Centro - Niterói, RJ.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua Professor Heitor  
Carnilhon nº 81, Centro - Niterói, RJ CEP 24.030-230 Tel.: (0xx21) 2717-4141 - PABX  
Fax: (0xx21) 2717-4248

[www.imprensaoficial.rj.gov.br](http://www.imprensaoficial.rj.gov.br)

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 18h





[illegible]



[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA, ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA MENTAL, DISTÚRBIOS PSÍQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS PELO USO DE DROGAS, ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL NO LOCAL DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO SUPERVISADA, ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CUIDADOS MÉDICOS. CAPITAL SOCIAL R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) SEDE: ESTRADA UNIAO E INDUSTRIA, N° 751, POSE, PETROPOLIS - RJ - CEP. 25.700-400 Petrópolis RJ 02122011.

## HYDRATEC COMERCIO E TECNOLOGIA LTDA EPP

**CONVOCAÇÃO:** (ART. 1.152 E 1º E 2º DO CÓD. CIVIL) Neste ato fica convocado o Sr. Raul Carlos Paquetina da Oliveira, para comparecer em dia 22/01/2012 e em dia 27/01/2012, em 1ª e 2ª convocação, para tomar ciência de processo no poder judiciário Sr. Roberto Eduardo Barreira da Empresa Hydratex Comércio e Transportes S/A, EPP, com sede na Rua Condeço do Maré nº 188 Jd. A - Jussu, Moinópolis, CEP nº 20.775-000, por motivo no qual, pois o mesmo se encontra em tratamento médico. RJ, 16/01/2012. Antonio Paesano Braga - CRC RJ 013303-07 CPF nº 312.144.537-72

CASTELLO INDUSTRIA E COMMERCIO S.A.

**AVISO** – Acha-se à disposição dos Senhores Acadêmicos, na sede social, na Avenida Nilo Peçanha, 80, sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 8.404, de 15 de dezembro de 1976. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria

VALE

Companhia Aberta

CNPJ Nº 31.932.101/0001-54

FATO RELEVANTE: A VIM S.A. (Vale) informa que não destinou força maior (FM) em seu plano de contratos ao envio de ferro à planta de hoje, 11 de janeiro de 2012. Estes estoques em contrato com os clientes foram usados para outros contratos. Os estoques sob o artigo 3º da Instrução CVM nº 288, emitida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), não foram relevantes e não estão disponíveis ao seu público geral, em todo momento, mesmo quando a CVM, no website do VALE, ou qualquer outro endereço [www.vale.com](http://www.vale.com). Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012, Tito Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.

Id: 124603d

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO  
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO  
02.709.449/0011-20

**PETROBRAS TRANSPORTE S/A** - TRANSPETRO toma posse da requisição ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Licença de Operação para operar o Outo de Transbordamento de Água Produzida entre o Terminal de Cidades e a Estação de Ilha do Furado, possuindo aproximadamente 70 km de extensão, capacitado em transportar com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 5", em 29 de Dezembro de 2011. Rodovia Anacleto Paes, km 188 - Macaé/RJ. Processo: E.075/52461/2011.

ID: A746347 Rev 0/0/0

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

CNPJ: 33.000.167/0001-01  
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

**PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS** torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a **OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS OUT Nº 1018/2017**, com validade até 28 de março de 2013, que a autoriza a captação de água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Cauçuçu com o finalidade de outros usos ( compensação e armazenagem de água ) na Região Turfográfica 04-V, Baía de Guiné/ma, na Fazenda Mascaru, entre os Rios Mascaru e Cauçuçu, Porto das Canaas, município de Babalrai.

Midway Pl. Cover

**CAPTACÃO:** Terraplanagem COMPERJ; Grupo Hidreco: Rio Cacoeira, Vazão máxima instantânea: 520,0 m³/s; Vazão média 500,0 m³/s. Tempo de captação: 16,00 min. Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 240.000,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 41,83" S e Long. 42° 51' 18,31" W; Vazão mínima instantânea: 30,0 m³/s; Vazão média 30,0 m³/s; Tempo de captação: 16,00 min. Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 14400,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 57,65" S e Long. 42° 51' 53,13" W; **CAPTACÃO:** EAP 2; Grupo Hidreco: Rio Cacoeira, Vazão máxima instantânea: 35,0 m³/s; Vazão média 30,0 m³/s; Tempo de captação: 16,00 min. Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 14400,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 45,321" S e Long. 42° 51' 18,31" W; **CAPTACÃO:** EAP 3; Grupo Hidreco: Rio Cacoeira, Vazão máxima instantânea: 30,0 m³/s; Vazão média 30,0 m³/s; Tempo de captação: 16,00 min. Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 14400,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 20,289" S e Long. 42° 51' 26,549" E.

**LANGAMENTO:** Volume máximo diário das duas pontas 4 de 8880,0 m³.

Processo nº: E-57/100203/2008

No. 124700



Companhia Aberta  
CNPJ/ME nº 33.000.167/0001-01  
NIRE nº 33300032061

## \*EDITAL DE CONVOCAÇÃO\*

[illegible]

## Avisos, Editais e Termos

### Associações, Sociedades e Firmas

CLÍNICA ESTRELLA LTOA  
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

RESUMO CONTRATO SOCIAL: SÓCIOS: JOÃO GUILHERME FIOUSA RODRIGUES ESTRELLA (CPF: 754.737.987-72), FRINCA SOUZA BRANDÃO (CPF: 594.535.917-34), JOÃO PAULO LYRA DA SILVA (CPF: 684.127.577-91) E FLÁVIO GOMES FILHO (CPF: 407.776.857-97). OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E À SAÚDE A PORTADORES DE DISTÚRBIOS PSÍQUICOS, DEFICIÊN-





**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

**PRESENCIA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SA ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2







diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reter as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

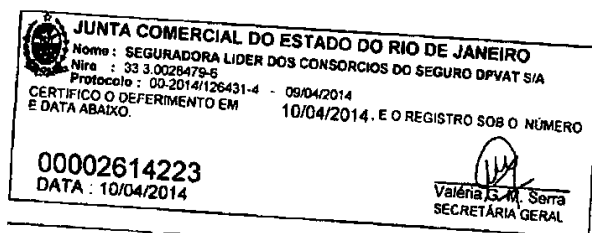
**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

**Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia**

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

  
André Leal Faoro  
Secretário



Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 2 de 2



03  
837

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2012

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro de 2012, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de setembro de 2012.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Francisco Alves de Souza, Gustavo Pimenta Germano Santos, Hélio Hiroshi Kinoshita, João Gilberto Possiede, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Juvêncio Cavalcante Braga, Sidney Maury Sentoma, Marcelo Goldman e Marcus Vinicius Lopes Martins. Presentes ainda os conselheiros Eli Nunes de Alcantara Bezerra e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam a reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, José Márcio Barbosa Norton, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinicius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações da Companhia e Superintendente de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como **Diretor-Presidente da Companhia**; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 01.984.230-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2012 até o dia 10 de outubro de 2013, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012

Página 1 de 2



02  
01

Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2012; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor designado responsável administrativo-financeiro e diretor designado responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor designado responsável pelo cumprimento da lei nº 9.613/98 e diretor designado responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor designado responsável técnico e diretor designado responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente da Mesa; (ass.) André Leal Faoro - Secretário; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Gustavo Pimenta Germano Santos - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Jorge Carvalho - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Juvêncio Cavalcante Braga - Conselheiro; (ass.) Sidney Maury Sentoma - Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro; (ass.) Marcus Vinícius Lopes Martins - Conselheiro; (ass.) Ricardo de Sá Acatauassú Xavier - Diretor Presidente reeleito; (ass.) José Márcio Barbosa Norton - Diretor reeleito; (ass.) Marcelo Davoli Lopes - Diretor reeleito; (ass.) Cláudio Mendes Ladeira - Diretor reeleito; (ass.) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe - Diretor reeleito.

Certifico para todos os fins admitidos em direito que esta certidão é reprodução fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012

*André Leal Faoro*

André Leal Faoro  
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012  
Página 2 de 2



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**  
(em organização)

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
realizada em 10 de Outubro de 2007.

**1. DATA, HORA E LOCAL:**

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2007, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**2. PRESENÇA:**

Presentes os conselheiros Srs. Casimiro Blanco Gómez, Gilberto Duarte de Abreu Filho, Idacelmo Mendes Vieira, Juvêncio Cavalcante Braga, Lauro Magno Agrizzi, Luiz Tavares Pereira Filho, Emerson Bernardes da Silva, Tadashi Komamura, Luiz Augusto Nomesso, Gustavo Pimenta Germano Santos, Miguel Junqueira Pereira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Júlio Cezar Alves de Oliveira, Luiz Eduardo Fidalgo e Mauro César Batista.

Secretário: André Leal Faoro

**3. ORDEM DO DIA:**

- (i) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Eleição da Diretoria da Companhia; e
- (iii) Convocação de Assembléia Geral Extraordinária para eleição de 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia, se necessário.

**4. DELIBERAÇÕES TOMADAS:**

- (i) Por estarem exercendo cargos equivalentes no Grupo de Trabalho de Reestruturação dos Convênios do Seguro DPVAT, foram eleitos por unanimidade os Srs. Luiz Tavares Pereira Filho para presidente e o Sr. Casimiro Blanco Gómez para vice-presidente deste Conselho de Administração;
- (ii) Foram eleitos por unanimidade os Srs. **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo SSP/IFP, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para diretor-presidente da Companhia; o Sr. **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e **REGINA MARIA RANGEL FARIAS**, brasileira, solteira, engenheira, titular do documento de identidade no. 04.834.066-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o no. 901.089.907-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para diretores da Companhia.
- (iii) Deliberou-se, por fim, por unanimidade convocar assembléia geral extraordinária, caso





exigida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para o dia 7 de Novembro de 2007, para eventual ratificação da eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrida na Assembléia realizada no dia 10 de outubro de 2007, tendo em vista a possível exigência de prévia publicação de declaração de propósito.


## 5. VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES


(i) Declaram os membros do Conselho de Administração abaixo assinados que estão cientes de que: Os atos aqui praticados estão condicionados à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP de sua eleição na Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. para integrar o presente Conselho de Administração, bem como à homologação pela SUSEP desta reunião.


## 6. ENCERRAMENTO:

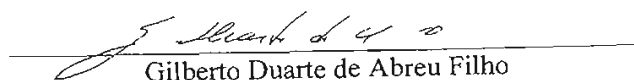
Nada a mais a ser tratado, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata.


Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007


  
Luiz Tavares Pereira Filho  
Presidente do Conselho

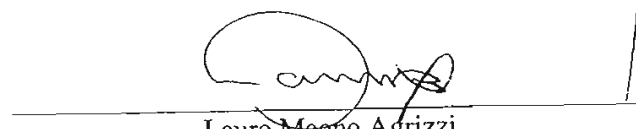
  
André Leal Faoro  
Secretário

  
Casimiro Blanco Gómez

  
Gilberto Duarte de Abreu Filho

  
Idacelmo Mendes Vieira

  
Juvêncio Cavalcante Braga

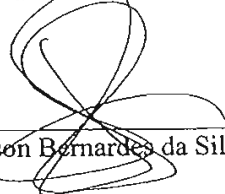
  
Lauro Magno Agrizzi



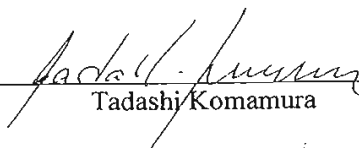
Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos  
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007



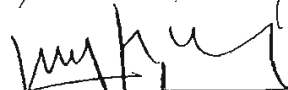
Luiz Tavares Pereira Filho



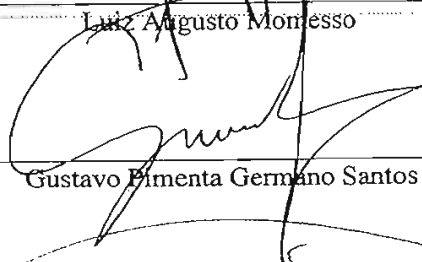
Emerson Bernardes da Silva



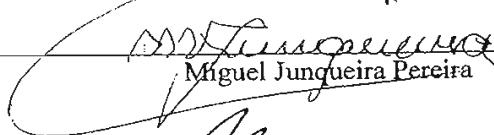
Tadashi Komamura



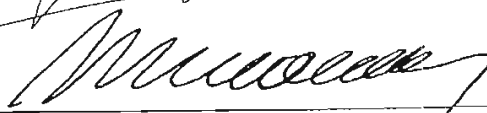
Luiz Augusto Montesso



Gustavo Pimenta Germano Santos



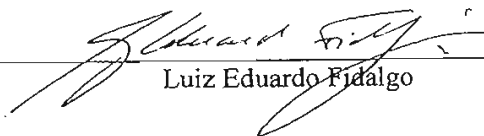
Miguel Junqueira Pereira



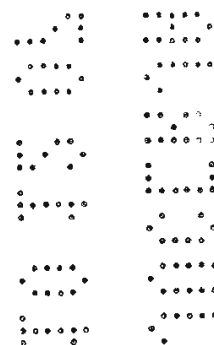
Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti



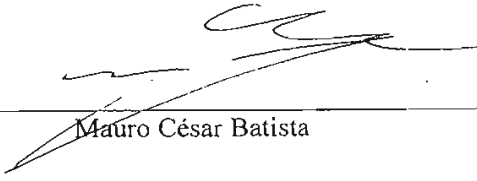
Júlio Cezar Alves de Oliveira

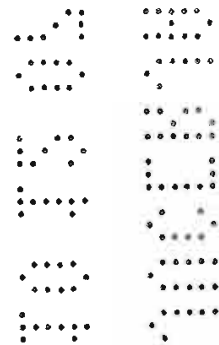


Luiz Eduardo Fidalgo



Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos  
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007

  
\_\_\_\_\_  
Mauro César Batista



   
4



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE  
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS  
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS  
CATEGORIAS 3 e 4.**

**REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007**

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10 E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Sr. João Elisio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 e 4, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gente Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gente Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 1 de 20



Assinado eletronicamente por: WILSON SALES BELCHIOR - 16/01/2017 08:58:28

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17011608573517700000006132544>

Número do documento: 17011608573517700000006132544

Num. 6246945 - Pág. 15



**“INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 3 e 4.**

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, na qualidade de Interviente-anuente,

**Considerando:**

- (d) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (e) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (f) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

**CONVENCIONAM** entre si, o que se segue:

**Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT**

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 13 e 4 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

**Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS**

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 9 de 20



categorias 1, 2, 9 e 10, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

### **Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO**

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação das demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

### **Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE**

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, o critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 10 de 20



futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

#### Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.




#### Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

5.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convencionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "*ad negotia*" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de apenação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembléia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 11 de 20



#### **Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS**

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, e a futura Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

#### **Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

#### **Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS**

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

#### **Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

#### **Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA**

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 12 de 20

*[Handwritten signatures]*





convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

#### **Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO**

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrarem na época da alteração;

#### **Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA**

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada à: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas as exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 13 de 20

responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembléia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembléia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 14 de 20



venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

#### **Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 3 e 4, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 3 e 4.

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

#### **Cláusula 15ª – VIGÊNCIA**

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

#### **Cláusula 16ª - FORO**

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso. “

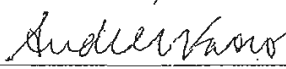
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 15 de 20

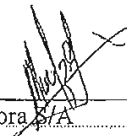



Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

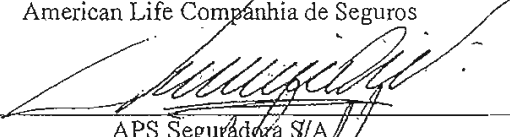
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

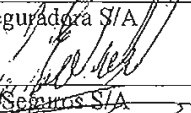
  
Presidente da Mesa

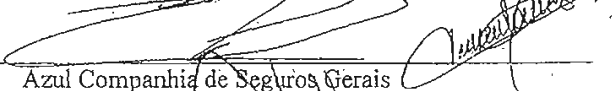
  
Secretário da Mesa

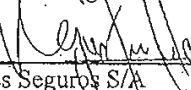
  
ACE Seguradora S/A

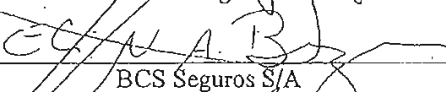
  
American Life Companhia de Seguros

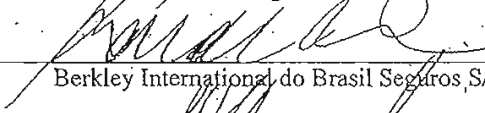
  
APS Seguradora S/A

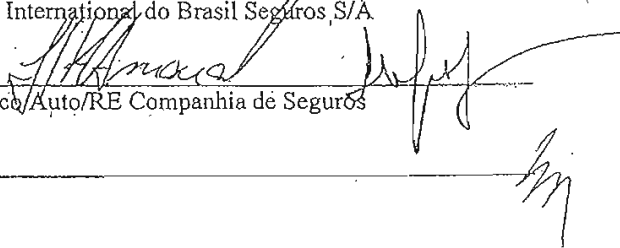
  
Aurea Seguros S/A

  
Azul Companhia de Seguros Gerais

  
Banestes Seguros S/A

  
BCS Seguros S/A

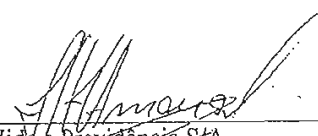
  
Berkley International do Brasil Seguros S/A

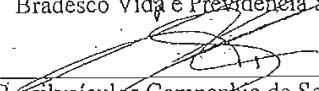
  
Bradesco/Auto/RE Companhia de Seguros

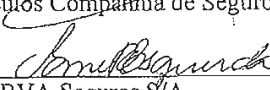
Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 16 de 20



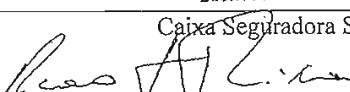


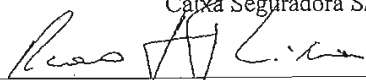
  
Bradesco Vida e Previdência S/A

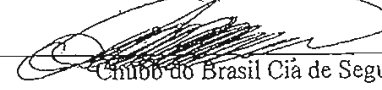
  
Brasilveículos Companhia de Seguros

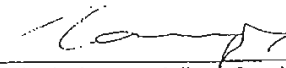
  
BVA Seguros S/A

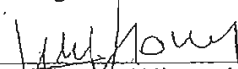
Thierry Claudon  
Diretor-Presidente


  
Caixa Seguradora S/A


  
Centauro Vida e Previdência S/A


  
Chubb do Brasil Cia de Seguros

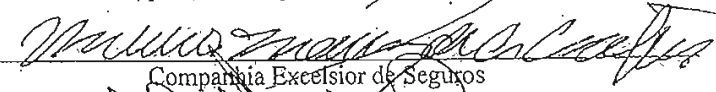
  
Cia de Seguros Minas Brasil


  
Companhia de Seguros Aliança da Bahia

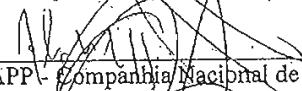
  
Companhia de Seguros Aliança do Brasil

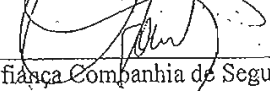
  
Companhia de Seguros Gralha Azul

  
Companhia de Seguros Previdência do Sul

  
Companhia Excelsior de Seguros

  
Companhia Mutual de Seguros

  
CONAPP - Companhia Nacional de Seguros

  
Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 17 de 20



~~CONESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Pinasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itaú Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A

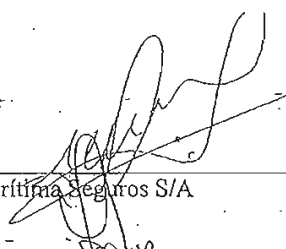
Java Nordeste Seguros S/A


Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

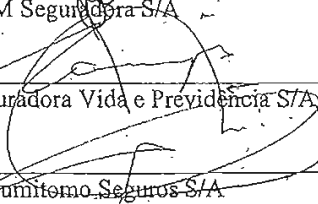
Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

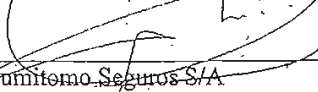
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 18 de 20

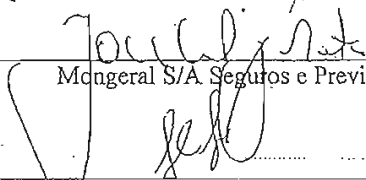


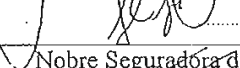
  
Marítima Seguros S/A

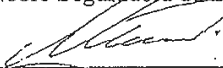
  
MBM Seguradora S/A

  
Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

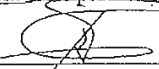
  
Mitsui Sumitomo Seguros S/A

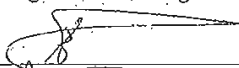
  
Mongeral S/A Seguros e Previdência

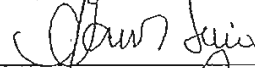
  
Nobre Seguradora do Brasil S/A

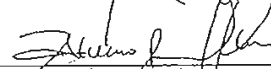
  
Panamericana de Seguros S/A

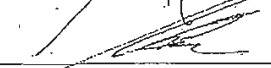
  
Paraná Companhia de Seguros

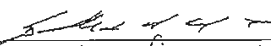
  
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

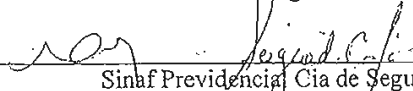
  
Porto Seguro Vida e Previdência S/A

  
PQ Seguros S/A

  
PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

  
Safra Vida e Previdência S/A

  
Santander Seguros S/A

  
Sinat Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 19 de 20



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
 Nome: CONSORCIO DE OPERACAO DO SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS  
 PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA  
 TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 E 4  
 Registro de Consórcio - 15/01/2017  
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/01/2008, E REGISTRO POR O NIRE E  
 DATA ABAIXO.

33.5.06022 15-9  
 DATA 18/01/2008

Valéria S.M. Serra  
 SECRETARIA GERAL

~~Sul America Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tokio Marine Brasil Seguradora S/A

Tokio Marine Seguradora S/A

UBF Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG Brasil Cia de Seguros

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização  
 Interviente-Anuente

Testemunhas

Qualificação Ricardo de Sá Acaiaquias Xavier  
 RG. 03.891.764-7 (Detran/RJ) CPF: 728.150.557-53

Qualificação Marcelo Dantas Loren  
 RG 19442307-2 (SSP RJ)  
 CPF 132.870.908-06

VISTO DE ADVOGADO  
 GUSTAVO FRANCO PACHECO  
 OAB/RJ 138.392  
 Gustavo Franco Pacheco  
 Advogado  
 OAB/RJ 138.392

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
 Fl. 20 de 20





**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE  
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS  
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS  
CATEGORIAS 1,2, 9 e 10**

**REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007**

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10, E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Sr. João Elisio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gente Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gente Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

**“INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 1, 2,  
9 e 10.**

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 1 de 20



As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, na qualidade de Interviente-anuente,

Considerando:

- (a) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (b) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (c) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

#### Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 1, 2, 9 e 10 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

#### Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as categorias 3 e 4, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 2 de 20



### Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

### Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

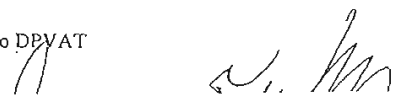
4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 3 de 20



#### Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

#### Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convencionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 – 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "*ad negotia*" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 – A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 – Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de apenação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

#### Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, e a futura

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 4 de 20



Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

#### Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

#### Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros, qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

#### Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

#### Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 5 de 20





11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

#### **Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO**

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrarem na época da alteração;

#### **Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA**

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 6 de 20



13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como, nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número o em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 7 de 20



13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

#### Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 1, 2, 9, e 10, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 1, 2, 9 e 10,

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

#### Cláusula 15ª – VIGÊNCIA

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

#### Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso.”

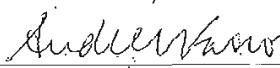
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 8 de 20





Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes:

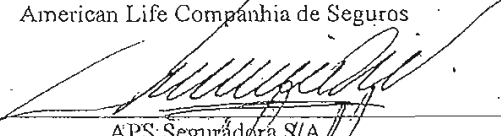
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

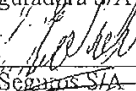
  
Presidente da Mesa

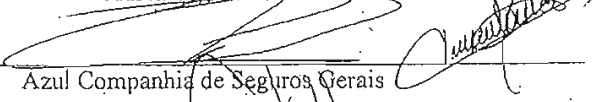
  
Secretário da Mesa

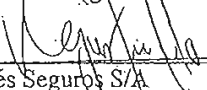
  
ACE Seguradora S/A

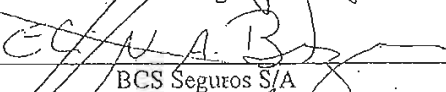
  
American Life Companhia de Seguros

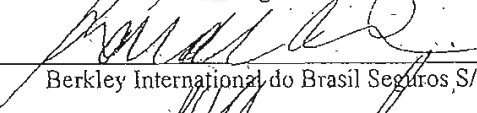
  
APS Seguradora S/A

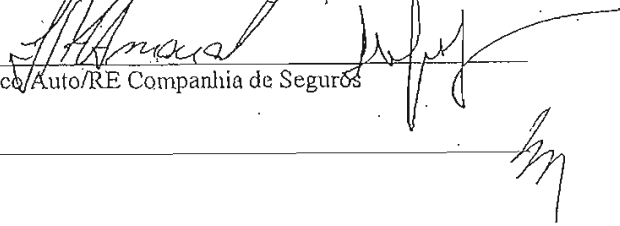
  
Aurea Seguros S/A

  
Azul Companhia de Seguros Gerais

  
Banestes Seguros S/A

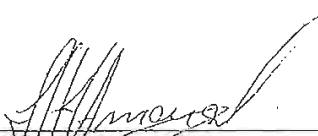
  
BCS Seguros S/A

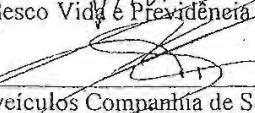
  
Berkley International do Brasil Seguros S/A

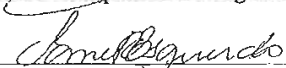
  
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 16 de 20

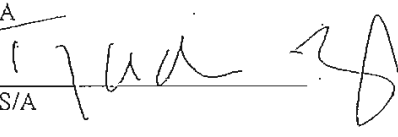


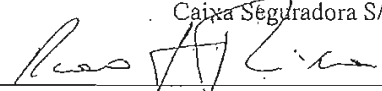
  
Bradesco Vida e Previdência S/A

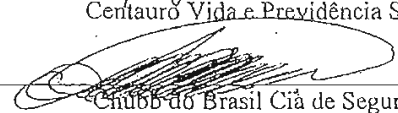
  
Brasilveículos Companhia de Seguros


  
BVA Seguros S/A

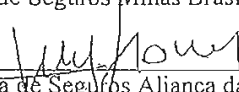
Thierry Claudon  
Diretor-Presidente

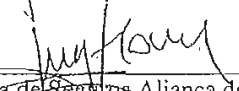
  
Caixa Seguradora S/A

  
Centauró Vida e Previdência S/A

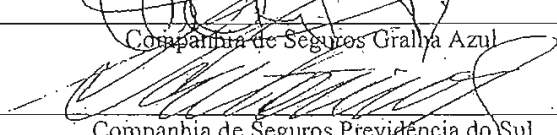
  
Chubb do Brasil Cia de Seguros

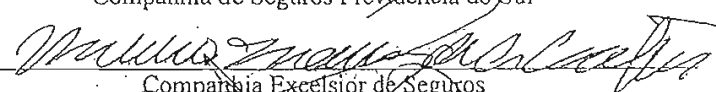
  
Cia de Seguros Minas Brasil

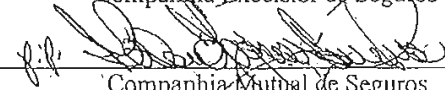
  
Companhia de Seguros Aliança da Bahia

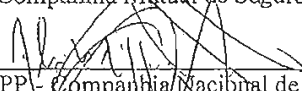
  
Companhia de Seguros Aliança do Brasil

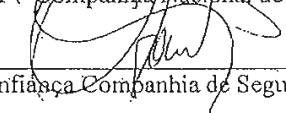
  
Companhia de Seguros Gralha Azul

  
Companhia de Seguros Previdência do Sul

  
Companhia Excelsior de Seguros

  
Companhia Mutual de Seguros

  
CONAPP- Companhia Nacional de Seguros

  
Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 17 de 20





~~CDSE-SP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Finasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itaú Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A


Java Nordeste Seguros S/A

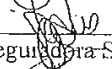
Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

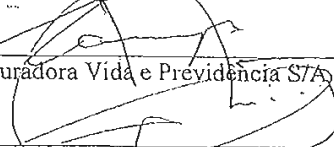
Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

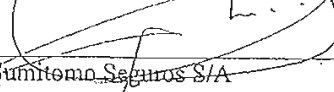
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 18 de 20

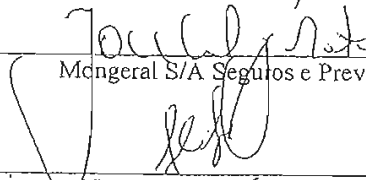


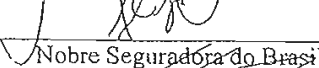
  
Marítima Seguros S/A


  
MBM Seguradora S/A

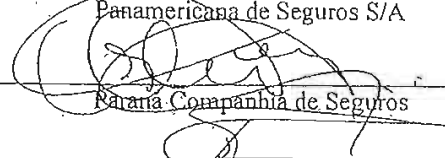
  
Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

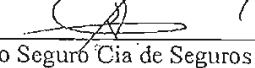
  
Mitsui Sumitomo Seguros S/A

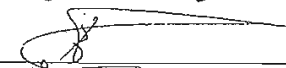
  
Mongeral S/A Seguros e Previdência

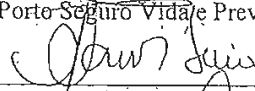
  
Nobre Seguradora do Brasil S/A

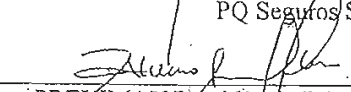
  
Panamericana de Seguros S/A


  
Paraná Companhia de Seguros


  
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

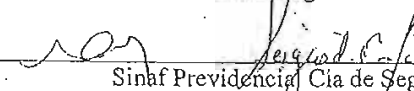
  
Porto Seguro Vida e Previdência S/A

  
PQ Seguros S/A

  
PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

  
Safra Vida e Previdência S/A

  
Santander Seguros S/A

  
Sinat Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 19 de 20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: CONSORCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CONSORCIO DE SEGUROS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE-DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2,3 E 14

Protocolo: 00-2008/007838-8 - 17/01/2008 - E O REGISTRO SOB O N° 13 E

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/01/2008 - E O REGISTRO SOB O N° 13 E

DATA ABaixo

33.5.0002214-1

DATA 18/01/2008

Valeria Lima Serra  
SECRETARIA GERAL

~~Sul American Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tóquio Marine Brasil Seguradora S/A

Tóquio Marine Seguradora S/A

UBF Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG Brasil Cia de Seguros

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização  
Interveniente-Anuente

Testemunhas:

Qualificação Ricardo de Sá Azevedo Xavier  
RG: 03.891.264-7 (Distrito 1557-23) CPF: 728.150.517-53

Qualificação Marcos Paulo de Lima  
RG: 19442307-2 (SSP-SP)  
CPF: 132.870.808-08

VISTO DE ADVOGADO  
GUSTAVO FRANCO PACHECO  
OAB/RJ 138.392  
Gustavo Franco Pacheco  
Advogado  
OAB/RJ 138.392

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 20 de 20







[illegible][illegible]

## - Parte V - Publicações a Pedido

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
CARGOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)

SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.

As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o funcionalismo público Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último contracheque, e a imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vendê-las. Essas somente poderão ser adquiridas nas nossas Agências e nas Agências credenciadas e ITAV. Cópias de exemplares avulsos poderão ser adquiridas à Rua Marques de Almeida, 100 - Niterói - RJ. ATENÇÃO: É vedada a divulgação de valores pelas assinaturas do D.O.

RENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Marquês de Olinda 211  
Rio de Janeiro, RJ, CEP 24030-170. Tel.: (0xx21) 2717-4141 PABX - Fax (0xx21) 2717-4344

www.imprensaoficial.rj.gov.br

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 18h



## PROCURAÇÃO

**MAPFRE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta Capital na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.074.175/0001-38, por seus representantes legais ao final assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Claúsula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015.

  
Orival Grahl  
Diretor Jurídico



**21º Tabelião de Notas**  
**São Paulo - Capital**  
Luiz Affonso Spagnuolo Medina - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) Firma(s) S/ VALOR  
ECONOMICO de: BRIVAL GRUHL, a qual confere cpa  
podráo depositado em cartório.  
San Paulo, 04/03/2015 - 11:48:07  
Seg: CD560700 Em Testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.  
Total R\$: 4,75  
VERA LUCIA DOS SANTOS - Escrevente

R. Libero Badurro, 126 - CEP: 01008-910 - U.C. Jc - São Paulo - SP  
Tel: (11) 3291-9500 - Fax: (11) 3291-9501





(Subsidiária Integral)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2013

AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO

CNPJ/MF nº 01.340.937/0001-79 - NIRE 35.300.180.712

IRMANDADE DA SANTA CASA DE  
MISERICÓRDIA DE MARÍLIA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Fertilizantes de Cubatão, Santos, São Vicente, Guaruja, Praia Grande, Barilheim, Mongaguá e Nanhém, Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados deste Sindicato, para, a comparecerem no dia 12 de novembro de 2013 às 18:00hs em primeira e às 19:00hs em segunda convocação, em sua sede social, à Av. Senador Pinheiro Machado, 77 - Vila Múthias - Santos - SP, para em Assembleia Geral Ordinária, deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1-Leitura, discussão e votação da Proposta Orçamentária de exercício de 2013 com parecer do Conselho Fiscal, Santos - 05 de novembro de 2013. Herbert Paes Filho - Presidente.

COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA toma público que recebeu da Cetesb a Renovação da Licença de Operação nº 4005459, válida até 29/10/2018, para Fabricação de Refrigerantes à Av. Dom Pedro I, 2270, Coca Cola, Ipiranga, Ribeirão Preto.





CNPJ: 61.074.175/0001-38 - NIRE: 3530004292-1

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br) letca-leira, 8 de janeiro de 2013 às 00:06:45.



21º TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
Rua Lúcio Baduró, 356 - 1º andar  
**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia extraída, nestas  
notas, conforme a original apresentada, por fé.

S. Paul. 14 ABR. 2016

Rudnei Payao

Valido somente com o  
selo de autenticidade  
CÓPIAS PAGOS POR VERBA - AUT. R\$ 2,80



Reserva Legal, que não exceda a 25% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela, em proporção dos votos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingência, até 10% dos ativos líquidos da Companhia; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do Dividendo obrigatório da Ações da Lufsa Societária por Ações; (iv) uma parcela será destinada ao pagamento do Dividendo obrigatório da Ações da Lufsa, no montante equivalente a 25% do lucro líquido do exercício; e (v) no exterior, em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício; a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros e Reservas. Artigo 25 - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá levantar recursos internacionais, bem como assumir o compromisso de emitir títulos de dívida, para o exterior, em moeda estrangeira, para o exterior, para o exterior, para o exterior. Artigo 26 - A Companhia poderá pagar juros a título de remuneração de capital, segundo cálculos sobre os acréscimos no patrimônio líquido, observados a prazo e os finais estabelecidos na legislação fiscal. O valor pago ao acionista conta a título de juros sobre o capital próprio está deduzido do valor do dividendo em moeda estrangeira. CAPÍTULO IV. DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO - Artigo 27 - A Companhia se dissolverá nos casos estabelecidos pela lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Ações. Parágrafo Único - A própria Assembleia Geral de Ações estabelecerá a forma que se dará a dissolução, nomeando, para tanto, um ou vários liquidadores, cujo número deverá ser sempre, impar. Artigo 28 - A extinção da Sociedade se dará nos casos estabelecidos na legislação brasileira e estrangeira. Artigo 29 - Foi o teor da Ata da Assembleia Geral de Ações da Lufsa, realizada em São Paulo, para o qual se designou o presente instrumento decorrente deste Estatuto Social. Fls. 100. Fls. 101. Fls. 102. Fls. 103. Fls. 104. Fls. 105. Fls. 106. Fls. 107. Fls. 108. Fls. 109. Fls. 110. Fls. 111. Fls. 112. Fls. 113. Fls. 114. Fls. 115. Fls. 116. Fls. 117. Fls. 118. Fls. 119. Fls. 120. Fls. 121. Fls. 122. Fls. 123. Fls. 124. Fls. 125. Fls. 126. Fls. 127. Fls. 128. Fls. 129. Fls. 130. Fls. 131. Fls. 132. Fls. 133. Fls. 134. Fls. 135. Fls. 136. Fls. 137. Fls. 138. Fls. 139. Fls. 140. Fls. 141. Fls. 142. Fls. 143. Fls. 144. Fls. 145. Fls. 146. Fls. 147. Fls. 148. Fls. 149. Fls. 150. Fls. 151. Fls. 152. Fls. 153. Fls. 154. Fls. 155. Fls. 156. Fls. 157. Fls. 158. Fls. 159. Fls. 160. Fls. 161. Fls. 162. Fls. 163. Fls. 164. Fls. 165. Fls. 166. Fls. 167. Fls. 168. Fls. 169. Fls. 170. Fls. 171. Fls. 172. Fls. 173. Fls. 174. Fls. 175. Fls. 176. Fls. 177. Fls. 178. Fls. 179. Fls. 180. Fls. 181. Fls. 182. Fls. 183. Fls. 184. Fls. 185. Fls. 186. Fls. 187. Fls. 188. Fls. 189. Fls. 190. Fls. 191. Fls. 192. Fls. 193. Fls. 194. Fls. 195. Fls. 196. Fls. 197. Fls. 198. Fls. 199. Fls. 200. Fls. 201. Fls. 202. Fls. 203. Fls. 204. Fls. 205. Fls. 206. Fls. 207. Fls. 208. Fls. 209. Fls. 210. Fls. 211. Fls. 212. Fls. 213. Fls. 214. Fls. 215. Fls. 216. Fls. 217. Fls. 218. Fls. 219. Fls. 220. Fls. 221. Fls. 222. Fls. 223. Fls. 224. Fls. 225. Fls. 226. Fls. 227. Fls. 228. Fls. 229. Fls. 230. Fls. 231. Fls. 232. Fls. 233. Fls. 234. Fls. 235. Fls. 236. Fls. 237. Fls. 238. Fls. 239. Fls. 240. Fls. 241. Fls. 242. Fls. 243. Fls. 244. Fls. 245. Fls. 246. Fls. 247. Fls. 248. Fls. 249. Fls. 250. Fls. 251. Fls. 252. Fls. 253. Fls. 254. Fls. 255. Fls. 256. Fls. 257. Fls. 258. Fls. 259. Fls. 260. Fls. 261. Fls. 262. Fls. 263. Fls. 264. Fls. 265. Fls. 266. Fls. 267. Fls. 268. Fls. 269. Fls. 270. Fls. 271. Fls. 272. Fls. 273. Fls. 274. Fls. 275. Fls. 276. Fls. 277. Fls. 278. Fls. 279. Fls. 280. Fls. 281. Fls. 282. Fls. 283. Fls. 284. Fls. 285. Fls. 286. Fls. 287. Fls. 288. Fls. 289. Fls. 290. Fls. 291. Fls. 292. Fls. 293. Fls. 294. Fls. 295. Fls. 296. Fls. 297. Fls. 298. Fls. 299. Fls. 300. Fls. 301. Fls. 302. Fls. 303. Fls. 304. Fls. 305. Fls. 306. Fls. 307. Fls. 308. Fls. 309. Fls. 310. Fls. 311. Fls. 312. Fls. 313. Fls. 314. Fls. 315. Fls. 316. Fls. 317. Fls. 318. Fls. 319. Fls. 320. Fls. 321. Fls. 322. Fls. 323. Fls. 324. Fls. 325. Fls. 326. Fls. 327. Fls. 328. Fls. 329. Fls. 330. Fls. 331. Fls. 332. Fls. 333. Fls. 334. Fls. 335. Fls. 336. Fls. 337. Fls. 338. Fls. 339. Fls. 340. Fls. 341. Fls. 342. Fls. 343. Fls. 344. Fls. 345. Fls. 346. Fls. 347. Fls. 348. Fls. 349. Fls. 350. Fls. 351. Fls. 352. Fls. 353. Fls. 354. Fls. 355. Fls. 356. Fls. 357. Fls. 358. Fls. 359. Fls. 360. Fls. 361. Fls. 362. Fls. 363. Fls. 364. Fls. 365. Fls. 366. Fls. 367. Fls. 368. Fls. 369. Fls. 370. Fls. 371. Fls. 372. Fls. 373. Fls. 374. Fls. 375. Fls. 376. Fls. 377. Fls. 378. Fls. 379. Fls. 380. Fls. 381. Fls. 382. Fls. 383. Fls. 384. Fls. 385. Fls. 386. Fls. 387. Fls. 388. Fls. 389. Fls. 390. Fls. 391. Fls. 392. Fls. 393. Fls. 394. Fls. 395. Fls. 396. Fls. 397. Fls. 398. Fls. 399. Fls. 400. Fls. 401. Fls. 402. Fls. 403. Fls. 404. Fls. 405. Fls. 406. Fls. 407. Fls. 408. Fls. 409. Fls. 410. Fls. 411. Fls. 412. Fls. 413. Fls. 414. Fls. 415. Fls. 416. Fls. 417. Fls. 418. Fls. 419. Fls. 420. Fls. 421. Fls. 422. Fls. 423. Fls. 424. Fls. 425. Fls. 426. Fls. 427. Fls. 428. Fls. 429. Fls. 430. Fls. 431. Fls. 432. Fls. 433. Fls. 434. Fls. 435. Fls. 436. Fls. 437. Fls. 438. Fls. 439. Fls. 440. Fls. 441. Fls. 442. Fls. 443. Fls. 444. Fls. 445. Fls. 446. Fls. 447. Fls. 448. Fls. 449. Fls. 450. Fls. 451. Fls. 452. Fls. 453. Fls. 454. Fls. 455. Fls. 456. Fls. 457. Fls. 458. Fls. 459. Fls. 460. Fls. 461. Fls. 462. Fls. 463. Fls. 464. Fls. 465. Fls. 466. Fls. 467. Fls. 468. Fls. 469. Fls. 470. Fls. 471. Fls. 472. Fls. 473. Fls. 474. Fls. 475. Fls. 476. Fls. 477. Fls. 478. Fls. 479. Fls. 480. Fls. 481. Fls. 482. Fls. 483. Fls. 484. Fls. 485. Fls. 486. Fls. 487. Fls. 488. Fls. 489. Fls. 490. Fls. 491. Fls. 492. Fls. 493. Fls. 494. Fls. 495. Fls. 496. Fls. 497. Fls. 498. Fls. 499. Fls. 500. Fls. 501. Fls. 502. Fls. 503. Fls. 504. Fls. 505. Fls. 506. Fls. 507. Fls. 508. Fls. 509. Fls. 510. Fls. 511. Fls. 512. Fls. 513. Fls. 514. Fls. 515. Fls. 516. Fls. 517. Fls. 518. Fls. 519. Fls. 520. Fls. 521. Fls. 522. Fls. 523. Fls. 524. Fls. 525. Fls. 526. Fls. 527. Fls. 528. Fls. 529. Fls. 530. Fls. 531. Fls. 532. Fls. 533. Fls. 534. Fls. 535. Fls. 536. Fls. 537. Fls. 538. Fls. 539. Fls. 540. Fls. 541. Fls. 542. Fls. 543. Fls. 544. Fls. 545. Fls. 546. Fls. 547. Fls. 548. Fls. 549. Fls. 550. Fls. 551. Fls. 552. Fls. 55

ATLÂNTICA V PARQUE EÓLICO S.A.

[illegible]

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - Via Oeste S/A, uma empresa pública que recebe da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB a Licença Ambiental de Operação nº 2105 de 19/10/2012, para a Operação das Margens da Rodovia Presidente Castello Branco (SP-180), km 13+700 ao km 24+000 - pista leste e km 13+700 ao km 24+600 - pista oeste, c/ validade de 10 (dez) anos a contar da data de sua emissão.

Cesari Empresa Multimodal de Movimentação de Materiais Ltda. torna pública que recebeu do CETESB a Licença Prévia e de Instalação nº 5000176, para Pólo de Armazenagem de produtos químicos ao ar livre. Estrada Eng. Plínio de Queiroz, S/N, Jardim São Marcos, Cubatão/SP.

AUTENTICAÇÃO:  
NO VERSO

Num. 6246952 - Pág. 7

Número do documento: 17011608575534600000006132551





MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

[illegible]

**M.G.H.S.P.E. Empreendimento  
e Participações S.A.**

[illegible]

Salvador dos Santos-Membro do Conselho de Administração - Juçazeiro nº 15.517/13-24 em 02/01/2013. Gêise Simões Cestinha-Secretária Geral.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)  
quando for o caso, de acordo com a Resolução nº 2013-004-01-02.

este documento  
e, br

Num. 6246952 - Pág. 9











**MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**

[illegible]

M.G.H.S.P.E. Empreendimentos  
e Participações S.A.

[illegible]

Salvador dos Santos-Membro do Conselho de Administração, Jucesp nº 15.317/13-4 em 02/01/2013. Gisela Simiema Ceschin-Secretária Gerl.

**SECOVISA - SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO - EDITAL - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL DE 2013** - Em cumprimento ao disposto no artigo 605 da CLT, ficam notificadas as categorias representadas pelo SECOVISA, de que deverão receber até o dia 31 de janeiro em curso, a Contribuição Sindical Patronal para o exercício de 2013, sob pena de ineficácia das respectivas quotas no art. 609 da CLT. As quotas para o exercício também podem ser pagas no site da CEF - [www.cefvip.org.br](http://www.cefvip.org.br). São Paulo, 10 de janeiro de 2013. Claudio Barreto da Silva - Presidente - SECOVISA.







## **SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

PORTARIA SUSEP Nº 4.998, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

**O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP**, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos Susep nºs 15414.004917/2011-50, 15414.000380/2012-30, 15414.000704/2012-30, 15414.100080/2012-50, 15414.100175/2012-73, 15414.100390/2012-74 e 15414.100405/2012-02,

### **R E S O L V E:**

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A., CNPJ nº 61.074.175/0001-38, com sede social na cidade de São Paulo – SP, nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 21 de setembro de 2011, 29 de dezembro de 2011, 9 de janeiro de 2012, 26 de janeiro de 2012, 14 de março de 2012, 18 de maio de 2012 e 11 de junho de 2012:

I – destituição e eleição de diretores;

II – mudança da denominação social para MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.;

III – aumento do capital social em R\$ 130.000.000,00, elevando-o de R\$ 1.101.663.446,15 para R\$ 1.231.663.446,15, representado por 924.383.363 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;

IV – extinção do Conselho de Administração;

V – realocação do Comitê de Auditoria para MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 12.264.857/0001-06, com sede social na cidade de São Paulo – SP; e

VI – reforma e consolidação do estatuto social.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUCIANO PORTAL SANTANNA**

Superintendente



PETIÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROCURAÇÃO JUNTADA NOS AUTOS





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Mista de Mamanguape**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801987-74.2016.8.15.0231

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Determino a liberação do alvará. Após, arquivem-se os autos conforme já determinado.

MAMANGUAPE, 29 de dezembro de 2017.

Juiz(a) de Direito



## JUNTADA DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS





ROCHA, MARINHO  
E SALES  
ADVOCADOS

ANASTACIO MARINHO  
CAIO CESAR ROCHA  
DEBORAH SALES  
TIAGO ASFOR ROCHA  
WILSON SALES BELCHIOR  
AMAURY GOMES  
ANA AMÉLIA RAMOS  
ANA CAROLINNE DA SILVA  
ANA JULIA SILVA  
ANDRESSA FRANÇA  
BÁRBARA ROCHA  
BRENO PESSOA  
CARLA LIMA  
CAROLINA BEZERRA  
CHIARA PIMENTA

CLÁUDIA ARRUDA  
CRISTIANA FREITAS  
CRISTIANE CARVALHO  
DANIELLE LUCENA  
DAVID ROCHA  
EDUARDO FERRI  
ÉLIDA LIMA MARTINS  
ELORA FERNANDES  
EMANUELLA PONTES  
ÉRIKA NÓBREGA  
EVELINE LIMA  
FABIOLA FEIJÓ  
FABIOLA FREITAS  
FLÁVIA LINS  
GLAUBER NUNES

HUGO MELO  
ÍCARO REBOUÇAS  
ILANA LIMA  
JANIELLE SEVERO  
JOÃO PIMENTEL  
JULIANA MIRANDA  
JÚLIO CABRAL  
JUSSARA MAFRA  
KAMILA CARVALHO  
LARISSA MAIA  
LARISSA SILVEIRA  
LARISSA RODRIGUES  
LAYLA MILENA  
LEONARDO CAPISTRANO  
LIANE OLIVEIRA

LUCAS ASFOR  
LUCAS CAVALCANTE  
MAGDA MADEIRA  
MANOEL BURGOS  
MARCELE ALENCAR  
MÁRCIO MACIEL  
MÁRCIO MOITINHO  
MARCUS FREITAS  
MARIELE BRAGANTE  
MAYRA REGUEIRA  
MIGUEL CORDEIRO  
NATASHE MESQUITA  
NATHALIA BARROS  
NATHALIA RODRIGUES  
NATHALY SOUZA

PATRICIA SANTOS  
PAULO LUCENA  
PEDRO CAMINHA  
RAFAEL NOGUEIRA  
RENAN REBOUÇAS  
RENATO ARRUDA  
ROBERTA PORTELA  
RUAN CASTRO PAIVA  
TATHIANNE LUIZ  
VANESSA FREIRE  
VÂNIA COSTA  
WILTON GALVÃO  
  
CONSULTOR:  
MIN. PAULO GALLOTTI

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO 2ª VARA MISTA DA  
COMARCA DE MAMANGUAPE - PB**

**PROCESSO Nº 0801987-74.2016.8.15.0231**

**REQUERENTE: DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA**

**REQUERIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A E MAPFRE VERA  
CRUZ SEGURADORA S/A**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT E BRADESCO SEGUROS  
S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe,  
vem, por seus advogados infra signatários, requerer a juntada do  
comprovante de pagamento referente as custas processuais atendendo a  
determinação de Vossa Excelência nos termos estabelecidos na  
sentença.**

**Termos em que espera deferimento.**

**João Pessoa/PB, 04 de janeiro de 2018**

**WILSON BELCHIOR  
OAB/PB 17.314-A**

[www.rochamarinho.adv.br](http://www.rochamarinho.adv.br)



05/01/2018

<b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b>		Vencimento	15/12/2017
Guia de Recolhimento de Custas e Taxas		Via Parte	
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		Data da Emissão	05/01/2018
CABEDELO	0801987-74.2016.815.0231 073.2017.002849-9	Conta FEPJA	52,90
Comarca	Processo	Guia nº	
CUSTAS PREVIAS A FINAL		Taxa Judiciária	231,57
		Custas Judiciais	0,00
		Diligências	1,35
		Tarifa Bancária	
		Total	285,82
PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO. O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.			

<b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b>		Vencimento	05/01/2018
Guia de Recolhimento de Custas e Taxas		Via Processo	
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		Data da Emissão	15/12/2017
CABEDELO	0801987-74.2016.815.0231 073.2017.002849-9	Conta FEPJA	52,90
Comarca	Processo	Guia nº	
CUSTAS PREVIAS A FINAL		Taxa Judiciária	231,57
		Custas Judiciais	0,00
		Diligências	1,35
		Tarifa Bancária	
		Total	285,82
PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO. O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.			

<b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b>		Vencimento	05/01/2018
Guia de Recolhimento de Custas e Taxas		Via Central de Guias	
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		Data da Emissão	15/12/2017
CABEDELO	0801987-74.2016.815.0231 073.2017.002849-9	Conta FEPJA	52,90
Comarca	Processo	Guia nº	
CUSTAS PREVIAS A FINAL		Taxa Judiciária	231,57
		Custas Judiciais	0,00
		Diligências	1,35
		Tarifa Bancária	
		Total	285,82
PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO. O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.			

<b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b>		Vencimento	05/01/2018
Guia de Recolhimento de Custas e Taxas		Via Banco	
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		Data da Emissão	15/12/2017
CABEDELO	073.2017.002849-9	Conta FEPJA	52,90
Comarca	Guia nº	Tarifa Bancária	231,57
		Valor Diligências	1,35
		Total	285,82
PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO. O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.			

CABEDELO 073.2017.002849-9 1,35 4,63

866800000022 858209283184 520180105071 320170028494 0944X/0167681 0,00

285,82





## Boletos, Convênios e outros

A33B270903079762103  
27/12/2017 09:57:25

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
27/12/2017 - AUTO-ATENDIMENTO - 09.57.23  
3515703515

### COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: ROCHA MARINHO E SALES ADV  
AGENCIA: 3515-7 CONTA: 12.985-2  
EFETUADO POR: ANASTACIO JORGE MATOS D

=====  
Convenio TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PB  
Codigo de Barras 86680000002-2 85820928318-4  
52018010507-1 32017002849-4  
Data do pagamento 27/12/2017  
Valor em Dinheiro 285,82  
Valor em Cheque 0,00  
Valor Total 285,82  
=====

DOCUMENTO: 122739  
AUTENTICACAO SISBB:  
7.C36.03F.FFF.771.AB5

=====  
Em 2018 conte com o Banco do Brasil para cuidar  
do que e importante para voce e sua empresa.  
Feliz Natal e um prospero Ano Novo.

Transação efetuada com sucesso por: J7648689 ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARI.





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Mista de Mamanguape**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801987-74.2016.8.15.0231

**DESPACHO**

Vistos,

Cumpra-se despacho retro (id 11982387).

MAMANGUAPE, 4 de agosto de 2018.

Juiz(a) de Direito







Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Mista de Mamanguape

Rua Marquês de Herval, S/N, Centro, MAMANGUAPE - PB - CEP: 58287-000

---

**Número do Processo: 0801987-74.2016.8.15.0231**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)**  
**A s s u n t o : [ S E G U R O ]**  
**Polo ativo: AUTOR: DIONISIO NASCIMENTO DA SILVA**  
**Polo passivo: RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé, em razão do meu ofício, que verifiquei que os alvarás judiciais já foram expedidos, conforme se verifica nas fls. 26 e 27.

Dessa forma, procedo ao arquivamento dos autos, conforme anteriormente determinado.

MAMANGUAPE, 13 de março de 2019  
RENATA LIMA DE SANT ANNA

